



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA AGROALIMENTAR  
UNIDADE ACADÊMICA DE AGRONOMIA E TECNOLOGIA DE ALIMENTOS  
CRUSO DE AGRONOMIA

**ASSISTÊNCIA TÉCNICA E ASSOCIATIVISMO EM  
ASSENTAMENTOS RURAIS DO INCRA E DO CRÉDITO FUNDIÁRIO**

Maria da Paz Nascimento dos Santos e Silva  
Orientador: Msc. Roberto de Sousa Miranda

DIGITALIZAÇÃO  
SISTEMOTECA - UFPG

POMBAL (PB)  
2009

MARIA DA PAZ NASCIMENTO DOS SANTOS E SILVA

**ASSISTÊNCIA TÉCNICA E ASSOCIATIVISMO EM  
ASSENTAMENTOS RURAIS DO INCRA E DO CRÉDITO FUNDIÁRIO**

Monografia apresentada ao Curso de Agronomia da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito para obtenção do diploma de Bacharel em Agronomia.

Orientador: Msc. Roberto de Sousa Miranda

POMBAL (PB)  
2009

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFCG

S586a  
2009

SILVA, Maria da Paz Nascimento dos Santos e  
Assistência técnica e associativismo em  
assentamentos rurais do INCRA e do Crédito Fundiário/  
Maria da Paz Nascimento dos Santos e Silva. – Pombal-  
PB, 2008.  
81f.: il

Referências

Monografia (Bacharelado em Agronomia) –  
Universidade Federal de Campina Grande, Centro  
Ciência e Tecnologia Agroalimentar.  
Orientador: Roberto de Sousa Miranda

1. Reforma Agrária 2. Assentamento Rural 3.  
Associativismo 4. Assistência Técnica. I. Título

CDU – 332.2.021.P

MARIA DA PAZ NASCIMENTO DOS SANTOS E SILVA

ASSISTÊNCIA TÉCNICA E ASSOCIATIVISMO EM ASSENTAMENTOS RURAIS  
DO INCRA E DO CRÉDITO FUNDIÁRIO

Monografia apresentada em 09/07/2009.

BANCA EXAMINADORA

Roberto de Sousa Miranda

Prof. Msc. Roberto de Sousa Miranda (UATA/CCTA/UFCG – Orientador)

Aldo Manoel Branquinho Nunes

Mestrando Aldo Manoel Branquinho Nunes (PPGCS/CH/UFCG – Exº Externo)

Lauter Silva Souto

Prof. Dr. Lauter Silva Souto (UATA/CCTA/UFCG – Exº Interno)

POMBAL (PB)

2009

A minha mãe Avanir, meu marido Damião e meus filhos Ennes Kennay e Esdras Kennedy, por ter compartilhado com os meus sonhos, incentivando-me para continuar minha jornada nas horas de dificuldade, pelo amor incondicional nos momentos em que estive ausente, dedico a minha conquista com a mais profunda admiração.

**Dedico**

## AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter me guiado na vida acadêmica, dando força e discernimento para realização deste sonho e pelo dom precioso da vida.

A Faculdade de Agronomia de Pombal – FAP, por ter fornecido a oportunidade de dar os primeiros passos na direção de um curso superior.

A Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, por ter fortalecido à conclusão do meu curso de Agronomia.

Aos professores da FAP e UFCG, que repartiram comigo os seus conhecimentos que irão fomentar a minha caminhada profissional, rumo à descoberta de novos horizontes.

Ao meu orientador Roberto de Sousa Miranda pela orientação e confiança, guiando-me com dedicação na realização dos meus ideais.

Ao Professor Kilson Pinheiro Lopes, um agradecimento especial por ter me orientado nos primeiros passos da pesquisa, demonstrando toda sua confiança, acreditando na minha capacidade e colocando em minhas mãos as ferramentas do conhecimento, com as quais abri novos horizontes rumo a realização plena dos meus objetivos profissionais e humanas.

Um agradecimento especial também a Professora e Coordenadora do curso de Agronomia Lúcia Morais Lira, pelas palavras de incentivo e força e por estar ao meu lado nos momentos importantes durante minha caminhada acadêmica em busca do sonho tão almejado.

Aos professores Aldo Manoel Branquinho Nunes e Lauter Silva Souto pelas sugestões prestadas para a melhoria da qualidade deste trabalho.

Ao meu amigo Sanduel Andrade pela paciência e dedicação durante o período que estive escrevendo minha monografia.

Aos meus amigos de curso, que vivenciaram e compartilharam o dia-a-dia da vida acadêmica, pela amizade, carinho, companheirismo, troca de experiências e palavras de incentivo nos momentos difíceis.

A todos aqueles que de alguma forma cooperaram com a pesquisa, ressaltando especialmente os assentados que responderam ao questionário e as lideranças rurais dos assentamentos.

## RESUMO

SILVA, M. da. P. N. dos S. e. **Assistência Técnica e Associativismo em Assentamentos Rurais do INCRA e do Crédito Fundiário**. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Agronomia) – Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Pombal- PB, 2009.

O trabalho analisou a assistência técnica e a formação associativista a partir da realidade dos assentamentos São João II, projeto financiado pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário, e Jacú, criado pelo INCRA, ambos no município de Pombal (PB). A pesquisa baseou-se na coleta de dados qualitativos, no período de fevereiro a abril de 2009. As ferramentas metodológicas adotadas foram: questionário aplicado a todas as famílias dos dois assentamentos com questões objetivas e subjetivas, enfatizando as informações pessoais do assentado, dados gerais do assentamento, assistência técnica, associativismo e cooperação e sistemas de produção, além da consulta ao livro de atas das associações e documentos relacionados a criação dos assentamentos, bem como, a observação da vivência diária dos assentados e suas famílias. Os resultados indicaram a importância da assistência técnica e das instituições sociais (associações) para o desenvolvimento do assentamento.

**Palavras-chave:** Reforma Agrária; Assentamento Rural; Associativismo; Assistência Técnica.

## ABSTRACT

SILVA, M. da. P. N. of S. e. **Technical Assistance and Associations in Rural Settlements of INCRA land and credit.** Completion of Course Work (Agronomy Course) - Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Pombal-PB, 2009.

The study examined the technical assistance and training from the associations of the settlements actually São João II, a project funded by the Programa Nacional de Crédito Fundiário, and Jacu established by INCRA, both in the municipality of Pombal (PB). The research was based on the collection of qualitative data in the period February to April of 2009. The tools were: questionnaire applied to all the families of the two settlements with objective and subjective issues, emphasizing the personal information of the settler, the general data of the settlement, technical assistance, partnerships and cooperation and production systems, in addition to consulting the book of minutes of the association and related documents the establishment of settlements, and the observation of daily life of settlers and their families. The results indicated the importance of technical and social institutions (associations) for the development of the settlement.

**Key-words:** Agrarian Reform; Rural Establishments; Associations; Technical Support.

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Procedência das famílias assentadas .....	48
Gráfico 2. Nível de escolaridade dos assentados .....	50
Gráfico 3. Freqüência da assistência técnica no assentamento .....	51
Gráfico 4. Presença assistência técnica na aplicação do empréstimo .....	51
Gráfico 5. Importância da assistência técnica para os assentados .....	52
Gráfico 6. Freqüência com que os assentados seguem as orientações técnicas .....	53
Gráfico 7. Participação dos assentados nas assembleias .....	54
Gráfico 8. Importância da associação para os assentados .....	54
Gráfico 9. Participação em atividades coletivas .....	55
Gráfico 10. Procedência das famílias assentadas .....	57
Gráfico 11. Nível de escolaridade dos assentados .....	57
Gráfico 12. Freqüência da assistência técnica no assentamento .....	58
Gráfico 13. Importância da assistência técnica para os assentados .....	59
Gráfico 14. Freqüência com que os assentados seguem as orientações técnicas .....	59
Gráfico 15. Freqüência de participação dos assentados nas assembleias .....	60
Gráfico 16. Importância da associação para os assentados .....	60
Gráfico 17. Freqüência de participação dos assentados em atividades coletivas .....	61
Gráfico 18. Freqüência da assistência técnica nos assentamentos .....	62
Gráfico 19. Importância da assistência técnica para os assentados .....	62
Gráfico 20. Freqüência com que os assentados seguem as orientações técnicas .....	63
Gráfico 21. Importância da associação para os assentados .....	64
Gráfico 22. Participação dos assentados nas assembleias .....	64

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Participação em instituições sociais antes de ser assentado .....	64
---	----

## LISTA DE SIGLAS

ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural  
ATES – Assessoria Técnica, Social e Ambiental  
CAASP – Central de Acampamentos aos Assentamentos do Auto Sertão Paraibano  
CAI's – Complexos Agroindustriais  
CCTA – Centro de Ciências e Tecnologia Agroalimentar  
CDRS – Conselhos de Desenvolvimento Rurais Sustentáveis  
CH – Centro de Humanidades  
CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil  
CONCRAB – Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil  
CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura  
CPT – Comissão Pastoral da Terra  
EMATER (PB) – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Paraíba  
FAO – Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação  
I PNRA – I Plano Nacional de Reforma Agrária  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IBRA – Instituto Brasileiro de Reforma Agrária  
IDS – Instituto de Desenvolvimento Social  
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
INDA – Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário  
INTERPA – Instituto de Terras e Planejamento Agrícola do Estado da Paraíba  
LCB – Ligas Camponesas no Brasil  
MA – Ministério da Agricultura  
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário  
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra  
ONG – Organização Não Governamental  
PAPP – Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural  
PCB – Partido Comunista do Brasil  
PCPR – Programa de Combate a Pobreza Rural  
PCT – Programa Cédula da Terra  
PNATER – Política Nacional de Assistência Técnica  
PNCF – Programa Nacional de Crédito Fundiário  
PNUD – Programa Nacional das Nações Unidas para o Desenvolvimento  
PPGCS- Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PT – Partido dos Trabalhadores

RAM – Reforma Agrária de Mercado

SAF – Secretaria de Agricultura Familiar

UATA – Unidade Acadêmica de Agronomia e Tecnologia de Alimentos

UFCG – Universidade Federal de Campina Grande

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	14
CAPÍTULO I	
A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL: HISTÓRICO E PROPOSTAS DE REFORMA AGRÁRIA .....	20
1.1 A QUESTÃO AGRÁRIA NO PERÍODO COLONIAL .....	21
1.2 O PAPEL DAS LIGAS CAMPONESAS NA QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL .....	22
1.3 A FUNÇÃO DO ESTATUTO DA TERRA NA QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL .....	24
1.4 VISÃO HISTÓRICA DOS PROGRAMAS E PROPOSTAS DE REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL .....	24
1.4.1 Proposta de reforma agrária da bancada do Partido Comunista Brasileiro (PCB) na Constituição de 1946 .....	24
1.4.2 Primeira proposta de reforma agrária da Igreja Católica em 1950 .....	25
1.4.3 Proposta de reforma agrária unitária dos movimentos camponeses no Brasil em 1961 .....	26
1.4.4 Proposta de reforma agrária da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) em 1979 .....	26
1.4.5 Proposta de reforma agrária do Partido dos Trabalhadores (PT) .....	27
1.4.6 Proposta de reforma agrária do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) .....	28
1.4.7 Reforma Agrária de Mercado (RAM) .....	29
1.5 QUESTÃO AGRÁRIA E AGRÍCOLA: NATUREZA E DINÂMICA SOCIAL .....	31
CAPÍTULO II	
ASSISTÊNCIA TÉCNICA, EXTENSÃO RURAL E ASSOCIATIVISMO EM ASSENTAMENTOS RURAIS .....	35
2.1 ASSOCIATIVISMO E COOPERAÇÃO EM ASSENTAMENTOS RURAIS .....	40
2.2 A PROBLEMÁTICA DAS COOPERATIVAS EM ASSENTAMENTOS RURAIS .....	42
2.3 DESAFIOS DA COOPERAÇÃO .....	43
CAPÍTULO III	
ASSISTÊNCIA TÉCNICA E ASSOCIATIVISMO EM ASSENTAMENTOS RURAIS: DESCRREVENDO O CAMPO .....	47
3.1 CARACTERIZAÇÃO DO ASSENTAMENTO SÃO JOÃO II .....	47
3.2. CARACTERIZAÇÃO DO ASSENTAMENTO JACU .....	55
3.3 COMPARAÇÃO ENTRE OS DOIS ASSENTAMENTOS .....	61

CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	66
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	68
ANEXOS .....	74
Anexo 1 – Fotos.....	75
Anexo 2 – mapas.....	76
Anexo 3. Questionário .....	79

## INTRODUÇÃO

Os debates políticos e acadêmicos sobre a questão agrária culminaram com os sinais da quebra do monopólio da terra, exercido pelos latifundiários, abrem espaço para retomada da luta pela terra, mediante a organização de sindicatos rurais, movimentos sociais rurais, que procuravam redesenhar a estrutura fundiária brasileira, a fim de democratizar o acesso à terra.

Os assentamentos rurais se tornaram mecanismos de fortalecimento dos processos de sociabilidade no campo, constituindo uma importante ação de mudança no novo modelo agrário, uma vez que os mesmos surgiram para mitigar os problemas sociais causados pelos grandes latifúndios e fortalecer a pequeno produtor rural, hoje denominado “agricultor familiar”.

Considerando que a demanda de assentamentos rurais no Sertão paraibano está em constante desenvolvimento, e a assistência técnica disponibilizada pelo Estado não atender à procura, e em conseqüência da carência de trabalhos que discorram sobre tais assuntos. O presente trabalho objetiva diagnosticar as diferenças entre assentamentos do Crédito Fundiário e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), mediante a análise da assistência técnica e o associativismo em dois assentamentos dessa mesorregião, São João II e Jacú, ambos no município de Pombal (PB).

Neste contexto se faz necessário evidenciar a importância da assistência técnica e do associativismo como medidas fundamentais na consolidação e emancipação dos assentamentos rurais. A presença de tais serviços desenvolve e fortalece a agricultura familiar, proporcionando o aumento de produção e a viabilização das políticas de desenvolvimento agrário, aspectos indispensáveis na reintegração do homem ao campo.

### **A questão agrária no Brasil**

Para Leite et al (2004), os assentamentos rurais são um universo amplo e diversificado, formado por mais de cinco mil projetos e mais de 500 mil famílias espalhadas por todas as regiões. A viabilização de políticas de desenvolvimento agrário para produtores rurais de acordo com a realidade da agricultura familiar é um processo contínuo de construção e reconstrução de políticas públicas que se

enquadram na realidade dos assentamentos de reforma agrária (OLIVEIRA FILHO et al, 2004).

O processo de formação da propriedade agrária atravessou diversas fases no Brasil: Período Sesmarial, Regime de Posses, Lei das Terras, Sistema Jurídico do Código Civil, Estatuto da Terra, Regime Agrário, finalizando com a Reforma Agrária de Mercado (RAM) (MATTOS NETO, 1988).

Segundo Mattos Neto (1988), a questão agrária no Brasil, analisadas sobre o aspecto jurídico, está centrada no direito de posse e uso da propriedade rural, vindo desde sua formação colonial, passando pelas diversas propostas, programas e movimentos republicanos que moldaram a estrutura agrária brasileira.

Medeiros e Leite (1999) afirmam que os assentamentos rurais são produtos de conflitos abertos que resultaram nas desapropriações ou compra de terras, gerando a visibilidade do contexto de reforma agrária capaz de impor-se no cenário político nacional. Nesse contexto, a reforma agrária de mercado vem sendo apresentada como política complementar à reforma agrária de desapropriação por interesse social (SAUER e PEREIRA, 2006).

O Brasil vive um momento importante na sua história com a democratização de acesso a terra, através da consolidação dos assentamentos rurais, abrindo caminho para participação dos agricultores familiares na formulação de políticas públicas. É nesse marco de reconstrução de um governo democrático que as atividades de assistência técnica e extensão rural sinalizam para um processo de desenvolvimento rural sustentável, com projetos economicamente viáveis, socialmente justos e ecologicamente corretos, sustentados na democratização de acesso a terra e potencialização da capacidade humana e torna produtiva a estrutura de forma ordenada e racional (BRASIL, 2004).

### **Associativismo e Assistência técnica em assentamentos rurais**

A criação dos assentamentos representa a sistematização de aspectos econômicos, políticos e sociais, que geram mudanças na vida do assentado e sua família. Desta forma, diversos estudos apontam que a consolidação de um assentamento está associado ao sistema produtivo que trabalhe toda cadeia produtiva, a superação dos dilemas sociais e ao acesso as políticas públicas como Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e programa de

Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), não minimizando a importância das instituições (associações) que fazem o elo de ligação entre os assentamentos, instituições financeiras e os demais órgãos que desenvolvem a questão agrária, configurando eixos fundamentais no desenvolvimento de uma verdadeira política agrária redistributiva.

Para Germani e Freitas (2006), um assentamento onde a assistência técnica é unilateral, incompleta, irregular e insuficiente, não possui capacidade de qualificar seus assentados, para elevarem seus níveis de produção, produtividade, circulação, mercado e competição. Para trabalhar o desenvolvimento de um assentamento rural, o primeiro passo é conhecer as organizações sociais, suas intenções, vivências diárias e potencialidades. A equipe técnica deve partir da realidade existente no assentamento, conhecendo os recursos disponíveis para traçar o perfil do mesmo e a partir dessa realidade, montar o diagnóstico e as linhas de ação que levarão ao desenvolvimento e consolidação do assentamento.

### **Instituições sociais e a problemática da extensão rural**

As instituições sociais nos assentamentos possibilitam o empreendimento de ações coletivas coordenadas, possibilitando a interação entre os assentados e o Estado e as diferentes esferas que envolvem a formação de um assentamento, fomentando os arranjos institucionais que garantem a superação dos dilemas sociais que refletem as características resultantes da luta pela democratização do acesso a terra (ELSTER, 1994). Entende-se que instituições são regras e normas que regulam comportamentos e moldam condutas (NORTH, 1990).

Associações e cooperativas de assentamentos rurais estão relacionadas ao processo de aquisição de benefícios coletivos (ou públicos). A aquisição de bens públicos traz consigo uma contradição entre racionalidade individual e racionalidade coletiva, chamada de dilemas sociais. Embora o interesse pelo benefício seja coletivo, “cada membro preferiria que os outros pagassem todo o custo sozinhos” (OLSON, 1999, p. 33).

Uma instituição social sólida, portanto, permite a consolidação dos assentamentos rurais, visto que suas regras e normas tendem a inibir os comportamentos oportunistas (MIRANDA, 2007) e promovendo a coletividade de ações entre os assentados. Por outro lado, permite que a equipe de assistência

técnica tenha uma facilidade maior de ter acesso às famílias e realize um trabalho participativo – uma das prerrogativas do novo modelo de extensão rural, que destaca também a mobilização e a socialização –, respeitando os saberes locais, sem deixar de seguir as normativas dos programas de assistência técnica, que buscam o desenvolvimento dos sistemas produtivos.

Segundo Tavares e Ramos (2006), a nomeação de um técnico, denominado extensionista, deve estar pautada em processos comunicacionais, apesar de que sua formação não responda a tal exigência, não significa negar a esse profissional um saber que produza a liberdade de interagir com os agricultores familiares.

Os processos comunicacionais permitem que os técnicos e agricultores possam interagir e encontrar algo em comum, o enfoque participativo recoloca um homem no centro dos processos de construção dos novos arranjos sociais. Para resignificação do rural será necessária uma revisão teórica e a mudança do perfil dos profissionais e das organizações que atuam na área (FREIRE, 2002).

Outro traço importante na consolidação de um assentamento é a formação institucional do mesmo, que vai se desenvolvendo de acordo com as necessidades formais. A formação institucional (associações) de um assentamento rural está geralmente ligada a intervenção governamental, que direciona as negociações, a compra da terra ou desapropriação por interesse social entre proprietários de terras e associações (SAUER e PEREIRA, 2006).

Analisando o desempenho institucional dos assentados observamos que os mesmos, na maioria dos casos, são desinformados dos processos de implementação dos projetos, dos quais são protagonistas, o que resulta em uma falta efetiva de participação nos processos de tomada de decisão, tornando as associações, um agrupamento de pessoas à mercê dos interesses particulares de proprietários, corretores e políticos do próprio Estado (SAUER e PEREIRA, 2006). Já para Carvalho (1998), o associativismo tem sido pouco trabalhado em áreas de reforma agrária, o que tem dificultado a elaboração de uma análise crítica das reais situações dos assentamentos rurais.

As instituições sociais promovem e regulam as relações sociais dos assentamentos que são responsáveis pela execução e implementação das atividades produtivas, levando ao desenvolvimento e consolidação dos assentamentos (MIRANDA, 2007), para esse propósito, uma instituição pode ser definida como mecanismo de imposição de regras e normas que regem e norteiam

um grupo de pessoas, podendo ser públicas ou privadas, dependendo da natureza de suas atividades.

### **Metodologia e estratégias de ação**

As unidades de estudo foram: O assentamento São João II, que é um projeto financiado pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário, ocupa uma área de 266 hectares, possui dois acessos, um pela BR 230 após o perímetro urbano do município de Pombal<sup>1</sup> (PB), percorrendo 9 km; o outro pela BR427, sentido Pombal-Paulista, totalizando 12 km da sede do município, situado à margem direita do Rio Piranhas, ao sul dos limites geográficos do município; e o assentamento Jacu, projeto criado pelo INCRA, ocupa uma área de 1340 hectares, localiza-se a 7 km da cidade de Pombal (PB) e está situada a direita da BR 427, sentido Pombal – Paulista.

Os dois assentamentos estão localizados na região Oeste do Estado da Paraíba, mesorregião do Sertão paraibano e microrregião de Sousa. A vegetação é composta por Caatinga Hiperxerófila com trechos de Floresta Caducifólia. (BELTRÃO et al, 2005). O clima é o Aw', segundo a classificação de Köppen, semi-árido, com chuvas de verão e outono e a precipitação pluviométrica média anual de 800 mm, com variabilidade intra-anual, sendo os meses de fevereiro, março e abril os que mais chovem, concentrando 60 a 80% do total da precipitação anual (MOURA, 2007).

O estudo foi conduzido no período de fevereiro a abril de 2009, a pesquisa envolveu um trabalho de campo para avaliar a atuação dos órgãos de assistência técnica e do associativismo nos assentamentos, através da aplicação de questionários aos assentados (Anexo 3).

As ferramentas metodológicas adotadas foram: a) um questionário aplicado a todos as famílias dos dois assentamentos (no assentamento Jacú, sendo que apenas 32 questionários foram preenchidos, porque 8 lotes encontram-se em fase de elegibilidade), com algumas questões fechadas e abertas, enfatizando os seguintes aspectos: 1) Informações pessoais do assentado, 2) dados gerais do assentamento, 3) – assistência técnica, 4) associativismo e cooperação; 5) Sistema

---

<sup>1</sup> A referida cidade também é conhecida como a terra de Maringá, Pombal, o mais antigo núcleo de povoamento do sertão paraibano (BELTRÃO et al, 2005).

de produção; b) consulta a atas das reuniões das associações; c) documentos relacionados à criação dos dois assentamentos; d) e observações da vivência diária dos assentados e suas famílias.

As observações basearam-se na história de vida, visitas e conversas com os assentados e seus familiares. O registro dos dados coletados foram realizado com o uso de câmera digital, e pesquisa documental, cedidos pelo INCRA e Instituto de Terras e Planejamento Agrícola do Estado da Paraíba (INTERPA). Após a pesquisa nos assentamentos, os dados foram analisados, tabulados e representados graficamente, para melhor definição do perfil de cada assentamento.

## **CAPÍTULO I**

# **A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL: HISTÓRICO E PROPOSTAS DE REFORMA AGRÁRIA**

As formas de organização nos primórdios de nossa sociedade até o ano de 1500 a.C registram que nossos ancestrais formavam grupos sociais, familiares, tribos e clãs em que a união se dava por laços de parentescos ou etnia, os bens naturais eram explorados de forma coletiva onde atendiam as necessidades básicas de sobrevivência dos mesmos, sem nenhum conceito de posse e uso da terra, permanecendo na área até os bens se tornarem escassos, devido à exploração contínua, forçando-os a se deslocarem para outras regiões o que caracterizava sua vida nômade (STEDILE, 2005a).

A questão da propriedade da terra esteve em constante debate na história do Brasil, trabalhando a herança histórica de uma estrutura agrária concentrada para uma moderna agricultura, que a partir dos anos 1960 provocou inovações nos processos de desigualdades sociais no campo que associada ao desenvolvimento econômico, enfatiza a diferença entre o desenvolvimento agrícola, que visava à modernização latifundiária sem atingir a fundo a propriedade, enquanto que a reforma agrária buscava a redistribuição da propriedade da terra como medida de justiça social (LEITE et al, 2004).

Segundo Mattos Neto (1988), os propósitos da reforma agrária surgiram com mais vigor a partir da Constituição Federal de 1946 que normatiza em seu artigo 141, inciso 16 a desapropriação por interesse social. A estrutura da propriedade rural ao longo dos anos atravessou diversas fases evolutivas, partindo do período das sesmarias, regime de posses, leis das terras, passando pelo Sistema Jurídico de Código Civil, Estatuto da Terra, Regime Fundiário até chegar a chamada Reforma Agrária de Mercado (RAM).

O estudo da questão agrária no Brasil esteve sempre relacionado a área econômica, assumindo uma nova dinâmica a partir da década de 1980 com a modernização da agricultura, que veio influir no processo de transformação capitalista no campo (FERREIRA, 1995). Com a reabertura democrática, nos anos 1980, o debate sobre a reestruturação fundiária se tornou intenso e presente no meio acadêmico e político.

A reforma agrária se define como um conjunto de relações em sistemas cujos elementos construtivos dependem da agregação de múltiplas instituições supostamente comprometidas com a política agrária (VEIGA, 1991; SILVA, 1989; LEAL, 1985).

## 1.1 A QUESTÃO AGRÁRIA NO PERÍODO COLONIAL

Para Stedile (2005a), a reforma agrária no período colonial apresentava um amplo papel social que tinha como princípio fundamental a destruição de um duplo sistema espoliativo e opressivo que rompiam as relações semi-coloniais de dependência e subordinação dos vínculos imperialistas ao poder econômico, político e jurídico da classe latifundiária.

Em relação à propriedade da terra no período das sesmarias a concessão de uso da terra era de direito hereditário e a Coroa Portuguesa entregava a capitalistas colonizadores grandes extensões de terra. Essa concessão tinha como princípio fundamental a produção de mercadorias para exportação no mercado Europeu, surgindo nesse período os grandes latifúndios (STEDILE, 2005b).

De acordo com Mattos Neto (1988), a política sesmarial no Brasil cumprem dois papéis: a) Exploração das riquezas econômicas coloniais, através da extração desorganizada do Pau-Brasil; b) Assegurar a conquista e posse da nova terra, contra os piratas franceses, espanhóis, holandeses.

No Brasil colonial, a presença do comércio mercantilista das riquezas naturais exploradas pela Coroa Portuguesa, visava a acumulação de capital, caracterizando o sistema econômico de produção da época como capitalista (MATTOS NETO, 1988).

Stedile (2005b) destaca que a legislação sesmarial foi uma tentativa para salvar a agricultura portuguesa decadente, fazendo com que as terras devolutas fossem cultivadas por trabalhadores sedentos do trabalho agrícola e evitando que os campos fossem abandonados a medida que declinava a economia feudal, na proporção do crescimento das atividades nos grandes centros.

A Lei da Terra tratou das terras devolutas, que em 1854, em seu decreto regulamentou a legislação de uso das terras que haviam sido doadas no período das sesmarias e se encontravam inexploradas.

Segundo Mattos Neto (1988), a questão agrária no Brasil, analisadas sobre o aspecto jurídico, está centrada no direito de posse e uso da propriedade rural, vindo desde sua formação colonial, passando pelas diversas propostas, programas e movimentos republicanos que moldaram a estrutura agrária brasileira.

A Lei das Terras caracterizou a introdução do sistema de propriedades privadas, podendo serem comprados e vendidos, até então, eram objeto de concessão de uso hereditário da Coroa Portuguesa, onde os capitalistas implantavam o monocultivo, voltados para exploração, nascendo o latifúndio excludente e injusto socialmente, já que os trabalhadores negros eram impedidos de se transformarem em trabalhadores rurais. Essa monopolização da propriedade agrária calcada no latifúndio, transformando um bem da natureza que deveria ser democrático em bem privado acessível apenas aos ricos (MATTOS NETO, 1988).

A estrutura agrária no período colonial apresentava características capitalistas, em que a divisão da propriedade latifundiária e a redistribuição da terra deixaram de ser uma operação matemática, uma reparação de injustiça ou uma simples medida de assistência social.

A Reforma Agrária não poderá ter êxito se não houver uma completa liquidação do monopólio da terra, exercidos pelos latifundiários e o livre acesso para os pequenos trabalhadores que queiram trabalhar a terra (STEDILE, 2005b).

De acordo com Rosset (1999 e 2001), a reforma agrária redistributiva transforma a produção e a política econômica em um novo modelo de agricultura familiar com potencial capaz de desenvolver a economia e conservar a biodiversidade bem como os recursos produtivos.

## **1.2 O PAPEL DAS LIGAS CAMPONESAS NA QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL**

As Ligas Camponesas foram uma das formas de organização social de camponeses no Nordeste, possuindo uma enorme capacidade de mobilização de produtores rurais, apesar de não apresentar formalidade organizativa (STEDILE, 2006).

Segundo Morais (1997), as Ligas Camponesas surgiram no ano de 1945 com mobilização de trabalhadores rurais no Nordeste brasileiro, com ênfase ao Estado do Pernambuco que realizou importantes congressos desse movimento.

Esse grande período se tornou decisivo no desenvolvimento do campesinato brasileiro, a Organização Política das Ligas Camponesas no Brasil (LCB) veio para formalizar o movimento com a elaboração e aprovação dos Estatutos, que nortearam as leis que iriam regê-lo no decorrer de suas atividades em cada Estado (STEDILE, 2006).

De acordo com Stedile (2006), as Ligas Camponesas tiveram um curto período de vigência, que foi de apenas 10 anos, mas desempenhou um papel relevante de mobilização social, surgindo desse trabalho os Conselhos Regionais das Ligas Camponesas, que vieram fortalecer a luta pela posse e uso da terra.

No ano de 1958 as Ligas Camponesas quase desapareceram do cenário rural brasileiro (MORAIS, 1997). Seu ressurgimento ocorreu em um congresso que reuniu 9 (nove) Estados do Grande Nordeste, suas personalidades de diferentes camadas sociais e políticas, para discorrer sobre os problemas socioeconômicos e agrários no Brasil.

O Primeiro Congresso de Camponeses de Pernambuco mobilizou um grande número de camponeses pelas ruas de Recife, institucionalizando a reforma agrária, além de desenvolver o processo eleitoral. A partir desse momento, as Ligas Camponesas saíram de seu isolamento e se estendeu para os demais municípios de Pernambuco (STEDILE, 2006).

Segundo Moraes (1997), as Ligas Camponesas interagiu com outros movimentos rurais organizados, operando organicamente de forma simbólica, a exemplo das Ligas Camponesas de Sapé e Mamanguape e o Sindicato de Assalariados Agrícolas de Palmares (Pernambuco).

O apogeu das Ligas Camponesas como organização de massas se deu com a Federação das Ligas Camponesas de Pernambuco que integrou 40 organizações camponesas com ligas de mulheres, pescadores, desempregados urbanos, e quatro Sindicatos de Assalariados Agrícolas (SANTIAGO, 2001).

De acordo com Azevedo (1982), eram considerados líderes das Ligas Camponesas pessoas que conseguiam mobilizar mais de 500 pessoas nos trabalhos de organização, educação e divulgação.

Analisando os dados sobre o local de nascimento dos líderes das Ligas Camponesas observou-se que as mesmas foram um movimento camponês nordestino, mais especificamente pernambucano, apesar de estar presente em mais de dez Estados brasileiros.

### **1.3 A FUNÇÃO DO ESTATUTO DA TERRA NA QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL**

O Estatuto da Terra visava à função social da propriedade agrária, a produtividade econômica, a estabilidade das relações sociais sem destruir os recursos naturais, criando novos conceitos para a tipologia dos imóveis rurais (latifúndio, minifúndio, empresa rural, propriedade familiar), bem como critérios para identificá-los, alguns são passíveis de desapropriação (LEITE et al, 2004).

O Estatuto da terra é a primeira lei de reforma agrária no Brasil, em seu primeiro capítulo trata dos objetivos e meios de acesso da propriedade da terra em seu artigo 16 descreve que a reforma agrária visa estabelecer a relação entre o homem, a propriedade rural e uso da terra, promovendo justiça social, o bem-estar do trabalhador rural, desenvolvimento econômico do país e a extinção do latifúndio de forma gradual. (BRASIL, 1964).

Para Silva (1982), o Estatuto da terra apresentava estratégias divergentes, uma distributiva que pregava a democratização do acesso a terra, e outra produtivista, concentradora que visava a modernização.

### **1.4 VISÃO HISTÓRICA DOS PROGRAMAS E PROPOSTAS DE REFORMA AGRÁRIA NO BRASIL**

A discussão política em torno das soluções dos problemas agrários no Brasil é recente. Ao longo do Século XX foram necessárias a organização do campesinato rural e sua consolidação enquanto classe social para que os produtores rurais se mobilizassem de forma expressiva e suas demandas fizessem parte dos diferentes programas sociais e políticos do Brasil (STEDILE, 2005c).

#### **1.4.1 Proposta de reforma agrária da bancada do Partido Comunista Brasileiro (PCB) na Constituição de 1946**

A concentração de grandes propriedades no Brasil é maior do que em qualquer outro país, sem uma redistribuição da propriedade fundiária, ou seja, de uma verdadeira reforma agrária, é impossível resolver os problemas sócio-econômicos presentes em nossa sociedade (PCB, 2005c).

As grandes áreas (latifúndios), as relações pré-capitalistas preconizam a exploração agrícola com ênfase no monocultivo ligado ao comércio de exportação

que determinam a destruição das fontes naturais, desta forma, a única maneira de mitigar tais problemas é a fixação do homem à terra pela pequena propriedade através do fortalecimento da agricultura familiar. A posse da terra está concentrada nas mãos de uma minoria. O latifúndio determina o atraso da agricultura se tornando impossível a aplicação de técnicas agrícolas. O conceito de propriedade como está na Constituição é um obstáculo para a reforma agrária, por isso foi proposta uma emenda para o inciso 21, artigo 159 sugerindo que: é garantido o direito da propriedade desde que não seja exercido contra o interesse social ou coletivo (STEDILE, 2005c).

#### **1.4.2 Primeira proposta de reforma agrária da Igreja Católica em 1950**

O debate sobre a estrutura agrária que culminou na primeira proposta de reforma agrária da Igreja contou com a presença de padres, freiras, professores rurais e fazendeiros. A preocupação da igreja era que os trabalhadores rurais que saíram do campo para a cidade se tornassem comunistas, por outro lado, os fazendeiros tinham medo da perda da mão-de-obra barata. A presença dos agricultores nesse evento não existiu, já que naquele período os mesmos não tinham nenhum conceito sobre posse e uso da terra, não havendo, portanto, nenhuma mobilização dos agricultores com tal finalidade. O Bispo Engelke Inocêncio relata que a desigualdade entre a cidade e o campo, no tocante ao tratamento entre trabalhadores rurais e urbanos, enfatizando que o trabalhador urbano já é aparado por leis, uma remuneração digna enquanto o trabalhador rural não possui nenhuma garantia de vida e suas condições de sobrevivência indicam um padrão infra-humano, isso em um país em que 70% da população vivem de atividades do cultivo da terra.

A Diocese de Campanha (MG) reuniu representantes ligados ao campo em uma ação católica brasileira rural, para trabalharem os problemas do mundo rural em sua 1ª Semana Ruralista, os problemas naquela época eram muito grandes, já que os trabalhadores rurais eram obrigados a desenvolver em suas pequenas propriedades uma agricultura familiar sem técnica, cultivando a terra em busca do sustento da família, esta situação mostrava que a mera distribuição de terras sem condições para desenvolver uma agricultura com técnicas, de nada adiantaria a tão almejada reforma agrária, já que não teriam um aumento de produção agrícola que

assegurasse o bem estar e o desenvolvimento econômico dos novos proprietários (CNBB, 1981).

### **1.4.3 Proposta de reforma agrária unitária dos movimentos camponeses no Brasil em 1961**

As massas camponesas oprimidas e exploradas reuniram-se em seu primeiro congresso nacional que mobilizou de forma social a decisão de lutar por reforma agrária, capaz de unir forças que buscassem o bem estar e a qualidade de vida dos trabalhadores rurais através da liquidação da propriedade latifundiária. O I Congresso Nacional de Trabalhadores Agrícolas teve como objetivo fundamental a completa liquidação dos monopólios rurais e o conseqüente estabelecimento do livre acesso a terra através de uma reforma agrária efetivamente democrática e progressista que visava à ação organizada dos trabalhadores do campo (STEDILE, 2005c).

Segundo Stedile (2005c) a reforma agrária é a única maneira de resolver os problemas das massas camponesas pondo fim ao monopólio da terra exercido pelo latifúndio, sustentáculo das relações anti-econômicas e anti-sociais que predominam no campo tornando-se o principal entrave do desenvolvimento agrário do país. A situação agrária brasileira apresenta uma forte característica de predominância do latifúndio. Esse monopólio da estrutura fundiária era responsável pela baixa produtividade agrícola, pelo alto custo de vida e pela exploração semi-feudal de milhares de camponeses sem terras. A reforma agrária que modifica a situação de subdesenvolvimento da estrutura econômica agrária e as relações sociais imperante no campo só teria êxito com o fim da propriedade latifundiária e o acesso de posse e uso da terra dos pequenos agricultores através da distribuição gratuita de terras devolutas.

### **1.4.4 Proposta de reforma agrária da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) em 1979**

Os anais do 3º Congresso de Trabalhadores Agrícolas prega que a reforma agrária não seja apenas uma ocupação de terras devolutas pelo processo gratuito de distribuição, mas sim, um conjunto de ações que visem um aumento de produtividade e promova uma justa distribuição de terra, levando ao

desenvolvimento econômico e social brasileiro com a participação dos movimentos rurais organizados.

O artigo 3º do Congresso trata das questões agrárias que vão desde a reforma agrária, colonização, terras públicas, suas descrições, arrendamentos e parceria, das formas de desapropriação por utilidade pública, bem como o funcionamento da justiça (CONTAG, 1979).

#### **1.4.5 Proposta de reforma agrária do Partido dos Trabalhadores (PT)**

O programa agrário do PT foi uma ferramenta indispensável para a construção de uma sociedade justa e democrática, para o desenvolvimento de uma agricultura inovadora e toda a macroeconomia brasileira se fez necessário o rompimento do monopólio da terra a favor de uma redistribuição de terra que venha desenvolver uma verdadeira reforma agrária. O programa de reforma agrária em 1989 relata que os beneficiários diretos da reforma serão os parceiros e posseiros, trabalhadores sem terras e as áreas atingidas serão 165 milhões de hectares aproveitáveis e ociosos de grandes propriedades, sendo priorizados no semi-árido nordestino, sendo localizadas as margens dos rios, açudes e áreas de vazantes para assentar pequenos produtores familiares com a finalidade de promover a produção irrigada de alimentos (STEDILE, 2005c).

O novo modelo de estrutura agrária deveria inovar as relações campo-cidade modificando o perfil da população e contribuindo para a diminuição do êxodo rural através da descentralização do poder político e econômico no campo e da distribuição de terras, estimulando a participação dos pequenos produtores nas estruturas de comercialização.

O Programa Agrário do PT ainda trabalha a ocupação de terras na Amazônia através de um zoneamento ecológico e sócio-econômico das diversas regiões naturais, demarcando as áreas de preservação e definindo as aptidões de cada área, promovendo as ocupações de forma sustentada, respeitando as florestas, os povos e as formas de produção.

#### **1.4.6 Proposta de reforma agrária do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST)**

O MST foi o primeiro movimento de reforma agrária a nível nacional, surgiu da organização de trabalhadores sem terras que sentiram a necessidade de maior organização de bases em seus Estados para conquistar a terra e os seus direitos, com base na cláusula da Constituição que designa a função social da terra para legitimar suas reivindicações (LANGEVIM e ROSSET, 1997; FERNANDES, 2001; WOLFORD, 2001; WIRGHT e WOLFORD, 2003).

O I Encontro Nacional do MST reuniu em Cascavel (PR), em 1984, líderes sem terras, sindicalistas e diversas entidades de classes que aprovaram os princípios que iriam nortear o movimento sendo considerados sem terra os trabalhadores rurais nas seguintes condições: de parceiros, meeiros, arrendatários, agregados, chacareiros, posseiros e pequenos proprietários com menos de cinco hectares, princípios gerais e práticos do Movimento e que terras deveriam reivindicar e conquistar. (MST, 1984).

A luta pelo “novo modelo agrícola” contempla uma alternativa viável para a pequena propriedade, os sem terras assentados e assalariados rurais. A reforma agrária visa uma política de distribuição de terra que deve culminar com uma política agrícola que solucione não apenas os problemas do meio rural, mas também de toda sociedade brasileira, inclusive o meio urbano. A implementação das mudanças no programa de reforma agrária necessita da integração e articulação de organismos públicos envolvidos, desde o INCRA, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), agentes financeiros, bem como a complementaridade do Governo Federal, Estadual e Municipais (MST, 1995).

Os anais do 3º Encontro Nacional no MST tratam em seu segundo capítulo da reforma agrária e do modelo agrícola a ser desenvolvido no Brasil, seus objetivos e características, como democratização de acesso a terra através de posse e uso, organização e comercialização da estrutura de produção, programa de agroindustrialização dos assentados, organização da infra-estrutura básica, social, educação, saúde, políticas agrícolas, programas especiais para a região amazônica e semi-árido (MST, 2000).

### 1.4.7 Reforma Agrária de Mercado (RAM)

A implantação dos programas de reforma agrária de mercado no Brasil foi a partir de 1996, partindo da necessidade de criar políticas governamentais capazes de conter a pressão social das lutas históricas pelo acesso a terra (PEREIRA, 2004).

O modelo de Reforma Agrária de Mercado foi implementado no Brasil a partir de dois projetos, sendo um desenvolvido no Estado do Ceará, denominado Reforma Agrária Solidária e o outro projeto, Cédula da Terra, implantado entre 1997 e 2002 em cinco Estados no Nordeste, incluindo o Ceará, foi um projeto piloto de reforma agrária e alívio da pobreza rural (VICTOR e SAUER, 2002).

Os principais objetivos da Cédula da Terra eram: Reduzir a pobreza rural, através do aumento de renda e qualidade de vida familiar; Aumentar a produtividade agrícola; Testar o modelo de reforma agrária de mercado, visando mais uma alternativa para posse e uso da terra com interesse social que não fosse o modelo tradicional de reforma agrária (BUAINAIN et al, 1999).

De acordo com o MDA (2003), duas experiências de Reforma Agrária de Mercado foram implantadas entre 2003 e 2006, denominadas Banco da Terra e Crédito Fundiário. O Banco da Terra não era apenas um programa, mas sim, um financiamento de terras criado pelo Congresso Nacional. Com a mudança de governo, o Presidente Lula manteve o Banco da Terra com algumas reformulações, inclusive a mudança de nome, que passou a se chamar Programa de Consolidação de Agricultura Familiar, implementou o Crédito Fundiário e criou uma linha de crédito para jovens agricultores intitulada de "Nossa Primeira Terra", todos esses programas são regidos pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), ferramenta responsável pela gestão do Fundo de Terras e Programas de Reforma Agrária.

O Programa Nacional de Crédito Fundiário é um instrumento complementar e de apoio a reforma agrária, veio para aperfeiçoar os projetos anteriores com ampla participação dos movimentos sociais organizados, criando emprego no campo, diminuindo o êxodo rural fazendo uso do aumento de produção, da democratização de acesso a terra e de linhas de crédito para compra de imóveis e de investimentos em infra-estrutura básica e produtiva em áreas não passíveis de desapropriação e com interesse social, havendo uma descentralização de ações com a participação dos Estados, Municípios e Conselhos de Desenvolvimento Rurais Sustentáveis (CDRS) (BRASIL, 2003).

Costa et al. (2002) relatam que um dos grandes entraves do desenvolvimento social e econômico nos grandes projetos de reforma agrária de mercado é a elevada rotatividade de beneficiários, dados levantados no Relatório dos Impactos Socioeconômicos e socioambientais do Programa Cédula da Terra (PCT). Outro problema é o nível de organização relativamente frágil, já que a maioria das associações foram criadas com a finalidade de adquirir a terra, ou seja, os beneficiários não tem nenhuma noção de coletividade, o que irá refletir na gestão dos projetos e da própria Associação.

Sobham (1993) argumenta que somente a reforma agrária tem potencial de acabar o subemprego na maioria dos países de terceiro mundo. As pequenas propriedades geram maior produção agrícola por estabelecimento que grandes fazendas (ROSSET, 1999).

Leite et al (2004) descrevem que o comércio local é beneficiado quando grandes latifúndios são transformados em assentamentos familiares através da reforma agrária. Um estudo no município de Julho de Castilhos (RS) constatou que o assentamento do MST possui apenas 0,7% da terra, mas seus beneficiários contribuem com 5% dos impostos, fazendo o assentamento o segundo maior contribuinte de impostos rurais no município (MST, 2001).

### **Contexto político da reforma agrária de mercado**

A reforma agrária nos anos 1990 era vista como uma das ações de alívio à pobreza rural, sem nenhuma intenção redistributiva, sua vinculação era de caráter assistencial. Essa realidade foi desaparecendo com o aumento de ocupações de terras em todos os estados e a forte repercussão nacional e internacional dos massacres de Corumbiara (RO) e Eldorado dos Carajás (PA) fizeram o Governo Federal reconhecer a existência da problemática agrária no país, mostrando a necessidade de uma verdadeira reforma agrária (SAUER e PEREIRA, 2006).

Segundo Cardoso (1997), o MST organizou uma marcha nacional por reforma agrária, emprego e justiça, revelando a insatisfação popular contra a política econômica e a reformas neoliberais trabalhadas pelo Governo Federal. Para reverter a situação, o Governo de Fernando Henrique Cardoso mudou seus pensamentos sobre o modelo de reforma agrária trabalhado.

A legislação brasileira sempre deu relevo ao Executivo Federal como a esfera direcionada para realização de intervenções fundiárias, essa iniciativa fortaleceu o movimento organizacional dos trabalhadores rurais a mobilização da luta pela terra, erguendo a bandeira da reforma agrária junto ao Governo Federal, um quadro de rápidas e significativas mudanças políticas no país no contexto de redemocratização, resultando em um novo desenho de aparato institucional dos executivos em diferentes unidades de federação com a criação de organismos voltados a questão agrária, a exemplos de Institutos de Terras, secretárias especiais e fundos de terras, entre outros (MEDEIROS e LEITE, 1999).

Para Alencar (2005), a questão agrária tem como princípio de análise as operações fundiárias que interagem os governos Federal, Estadual e Municipal, fazendo uso da compra e venda de terras uma aplicação de política agrária. A seleção das famílias nos acampamentos ou ocupações e outras organizações dá ênfase ao cooperativismo, ao associativismo, ao trabalho solidário e coletivo, processo inicial de aprendizagem para uma inclusão social dos assentados na sociedade (MARTINS, 2003; FERNANDES, 2000; CALDART, 2000).

Os resultados da reforma agrária de mercado apresentaram-se obscuros, isso porque a estrutura fundiária ou política de reforma agrária ocorre por meio da compra e venda de terra e não pelo mecanismo de desapropriação por interesse social, demonstrando que não pode ser conceituada como modelo de reforma agrária, legitimando o interesse social da terra. (PEREIRA, 2005).

Segundo Cardart (2000) e Fernandes (2000) o camponês-mutuário adquiriu o direito de uso e posse da terra por meio de compra e venda, não passando por um processo de especificidade sociológica, ou seja, as peneiras pedagógicas das ocupações nem pelos processos de dissociação-ressociação.

## **1.5 QUESTÃO AGRÁRIA E AGRÍCOLA: NATUREZA E DINÂMICA SOCIAL**

Analisando a situação agrária e os aspectos de concentração fundiária, observaram-se transformações cruciais na estrutura socioeconômica do campo (MENDONÇA, 2006). Silva (1993), ao analisar a questão agrária e agrícola sob a ótica institucional relata que a divisão do trabalho no campo se materializou com a criação do Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA) que era subordinado ao Ministério da Agricultura (MA), e o Instituto Brasileiro de Reforma

Agrária (IBRA), ligado a Presidência da República, a disputa entre essas instituições, onde a primeira defendia a política agrícola e a segunda, a questão agrária, levou a extinção de ambas que foram substituídas pelo INCRA, que veio dar o verdadeiro sentido de reforma agrária, contextualizando a moderna agricultura e criando um novo conceito de estrutura da propriedade da terra. Para Martins (1994) o efeito desse novo contexto social proporcionou o desenvolvimento das atividades socioeconômicas dos trabalhadores sem terra.

O desenvolvimento da estrutura agrária e da agricultura levou a criação de Complexos Agroindustriais (CAIs), que consolidaram um padrão moderno da produtividade implantando o capitalismo no campo, sem alterar a estrutura agrária, mas esse novo padrão de produtividade rural criou dois pólos divergentes de produção, de um lado os capitalistas, que desenvolveram os Complexos Agroindustriais e do outro, a agricultura familiar, tida como disfuncional, incompatível ou simplesmente inviáveis (MEDEIROS, 2002).

De acordo com Palmeira (1994), as principais desapropriações feitas a partir do I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) foram os grandes latifúndios do sul do país, que tinham sido adquiridos pelo Estado a preços baixos.

De acordo com Mendonça (2006), a modernização da agricultura não se restringiu a economia e a agricultura, mas, as vantagens asseguradas pelo Estado de uma política moderna levaram as atividades agropecuárias e agroindustriais, sobretudo para estrutura fundiária, grandes interesses pela terra, dando uma nova visão aos proprietários. A reforma agrária passou a ser regida juridicamente pelo Estatuto, que prega uma política agrária de interesse social e não só mais uma política entre as outras. A presença de novos elementos no processo de redemocratização que aumentou o poder de negociação das organizações sociais e o número de proprietários rurais ligados a terra no Congresso Nacional dando uma nova cara a conjuntura política do país (MENDONÇA, 2006).

Segundo Ferreira e Fernandes (2002), a formação de assentamentos de reforma agrária gera uma urbanização no espaço rural que leva a um processo de produção que provoca impactos sociais, econômicos, políticos e culturais. Surge um novo contexto histórico que envolve pessoas, programas, projetos com objetivos, metas, espaços, recursos financeiros, prazos e intervenções políticas e econômicas (LEITE et al, 2004)

Em um estudo sobre o assentamento, fazendas reunidas em Promissão (SP), Pinto (2000) enfatiza a importância da participação dos assentados nas redes de comercialização locais através do fortalecimento dos assentados rurais e dos recursos que eles carregam e produzem, contribuindo para o aumento do número de estabelecimentos comerciais naquele município.

A redistribuição fundiária viabilizou o acesso a terra a uma população de trabalhadores rurais, em geral já residentes na própria região, mas não alterou o quadro de concentração fundiária a nível estadual, podendo considerar a política de assentamentos como um processo de reforma agrária.

Segundo Rosset (2001), a reforma agrária redistributiva transforma a produção agrícola e a política econômica em um novo modelo de agricultura familiar, com potencial capaz de desenvolver um macro na economia e de conservar a biodiversidade bem como os recursos produtivos.

A descentralização da terra não desempenha seu papel social se seus beneficiários não estiverem organizados em Associações que integrem suas atividades econômicas, tornando produtiva a estrutura fundiária.

Mattos Neto (1988) destaca que a estrutura agrária deve ser trabalhada usando novas técnicas de produção, respeitando a relação homem-terra-produção visando uma efetiva utilização econômica da terra, mas com ênfase na questão ecológica, resultando em um novo conceito de direito e função social da propriedade. Para Leite et al (2004), a presença de assentamentos de reforma agrária aquece a economia local, ainda que o país necessite de uma verdadeira política de reforma agrária.

A reordenação da estrutura agrária está direcionada para a agricultura familiar inserindo pequenos agricultores no processo de desenvolvimento rural sustentável, que em suas pequenas áreas diversificam suas atividades agropecuárias buscando um aumento de rendas e melhoria da qualidade de vida.

Neves (1996), a partir de uma pesquisa qualitativa sobre um assentamento na região de Campos (RJ), relata que um dos aspectos do processo de reforma agrária mais valorizada pelos assentados era a melhoria comparativa das suas condições de alimentação considerada mais abundante e diversificada.

A democratização do acesso a terra está associada à geração de emprego no campo a inclusão de produtos agrícola ao mercado desenvolvendo as atividades econômicas e sociais dos assentados. De acordo com Silva e Sampaio (2002), o

parcelamento de grandes propriedades altera sua estrutura e implica em mudanças no poder econômico, social e político na zona rural.

O reordenamento da estrutura fundiária nacional nasceu da necessidade de uma reforma agrária ampla e expressiva, que atendesse a função social e a consolidação e desenvolvimento da agricultura familiar onde se integram as atividades do INCRA enquanto órgão executor das políticas fundiárias e reforma agrária, voltadas para a implementação dos programas de fomento e prestação de assessoria técnica nas áreas de assentamentos (SAUER e PEREIRA, 2006).

Nesse contexto, serviços de Assessoria Técnica, Social e Ambiental (ATES) sinalizam para um processo de desenvolvimento rural sustentável com projetos economicamente viáveis, socialmente justos e ecologicamente corretos, sustentado na democracia de acesso a terra e potencialização da capacidade humana em tornar produtiva a estrutura de forma ordenada e racional (BRASIL, 2004). Temática que será abordada no capítulo seguinte.

## **CAPÍTULO II**

### **ASSISTÊNCIA TÉCNICA, EXTENSÃO RURAL E ASSOCIATIVISMO EM ASSENTAMENTOS RURAIS**

O Brasil atualmente apresenta um processo de desenvolvimento que visa a consolidação da agricultura familiar através da participação e controle social sobre as políticas públicas, fazendo uso de ferramentas que formam o governo democrático e popular. Neste contexto, os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) em suas diversas atividades trabalha os agricultores familiares, assentados, quilombolas, pescadores artesanais, povos indígenas e outras coordenadas pela Secretaria de Agricultura Familiar (SAF) e MDA (BRASIL, 2004).

A extensão rural ao longo do processo de modernização da agricultura intensificou suas ações no desenvolvimento dos sistemas de produções tecnificadas que buscavam o aumento de produção e de produtividade (REIJINTJES; HAVERKORT; WATERS-BAYER, 1994; CAPORAL e COSTA BEBER, 1994).

O INCRA no ano de 2004 ampliou os serviços de ATER, implantando um serviço de Assessoria Técnica, Social e Ambiental (ATES) uma alternativa que veio apoiar de maneira técnicas os agricultores assentados na condução e desenvolvimento de seus projetos produtivos (BRASIL, 2004).

De acordo com o INCRA (2004), os serviços de ATES é um conjunto de técnicas que constitui um processo educativo de maneira coletiva, permanente, pública e gratuita, que levam ao desenvolvimento de ações e conhecimentos que visam a melhoria da qualidade de vida dos assentados, capacitando-os na promoção de perspectivas que assegure a sustentabilidade socioambiental e econômica das áreas rurais (INCRA, 2004).

Os serviços de ATES foram desenvolvidos para organizar e implementar os projetos de financiamento pela linha de crédito Pronaf ou por outras modalidades de crédito a agricultores assentados pelos processos de assentamentos de reforma agrária, resultando a grande diversidade de situações dos serviços ATER pelo país (ABRAMOVAY, 1998).

A ATES desenvolve ação descentralizada de apoio aos assentamentos de Reforma Agrária, direcionando suas atividades para a promoção de capacitação, organização rural, sistema de produção, inclusão social, comercialização, em fim,

toda a cadeia produtiva que faz de um assentamento rural uma unidade de produção qualificada capaz de assegurar a qualidade de vida da população rural e urbana (BRASIL, 2004).

Os projetos dos serviços de ATES surgiram em um momento crucial onde as expectativas de ampliação dos processos de reforma agrária estavam em pleno desenvolvimento, que vieram fortalecer a formação das equipes multidisciplinares que trabalham nos diagnósticos participativos junto aos assentados na promoção do desenvolvimento rural (FURTADO e FURTADO, 2000).

Durante a implementação do I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) trabalhou-se o papel da assistência técnica prestada aos assentados, visto que naquela época não existia uma política de extensão rural aos assentamentos definida (INCRA, 1996).

Alentejano (1997) e Moreira (1997) argumentaram que nos anos 90, as mudanças no contexto agrário influenciaram o processo de assistência tecnológica. A presença dos técnicos é fundamental nos assentamentos, não só pela assistência técnica ao processo produtivo, mas também pela necessidade da elaboração de projetos para concessão de crédito.

Nos assentamentos do Oeste de Santa Catarina, a assistência técnica tem papel decisivo no processo produtivo sendo responsáveis pela diversificação da produção, bem como pela ampliação de agregação de valores dos produtos primários dos assentados (LEITE et al, 2004).

A extensão rural é uma das ferramentas fundamentais no desenvolvimento da agricultura familiar presente no Brasil a mais de 50 anos, transmitindo conhecimentos nas áreas de agriculturas, economia doméstica e organização rural aos agricultores familiares. Agricultura familiar é conceituada como pequenas unidades produtivas que tem sua base a gestão dos processos produtivos, membros que pertençam a uma mesma família (PNUD, 1997).

De acordo com PNUD (1997), a extensão rural está presente em mais de 70% dos municípios brasileiros, intensificando suas ações na política agrícola voltada para agricultura familiar, contribuindo na aplicação de processos educativos que visam a melhoria da qualidade de vida, na valorização do homem no campo, nos desenvolvimentos dos processos socioambientais, econômicos, em fim, na inclusão social do agricultor familiar na sociedade e no desenvolvimento rural

sustentável, atuando como transmissor de conhecimento, abrindo um leque de informações além das fronteiras rurais do agricultor familiar.

O Projeto Lumiar foi um programa de assistência técnica e extensão rural lançado pelo Governo Federal em 1997, tendo como finalidade a descentralização de assistência técnica em assentamentos de reforma agrária, seu principal objetivo era a viabilização dos assentamentos, tornando-as unidades produtivas capazes de se inserir no mercado competitivo de produção e desenvolvimento municipal e regional (BRASIL, 2004).

Segundo Freire (1983, p.58), um Assentamento de reforma agrária é

Uma unidade pedagógica na qual são educadores não somente professores que atuam na atenção básica, mas também os agrônomos, administradores, planejadores, em fim, todos os que estejam ligados ao processo.

Desta forma o extensionista rural que atende aos assentamentos de reforma agrária deve apresentar um perfil de agricultor social, mediador, motivador, como capacidade de comunicação, liderança, flexibilidade e conhecimento técnico para desenvolver ações que levam ao desenvolvimento rural sustentável.

A partir de 2003 a extensão rural passou a assistir os agricultores familiares de forma mais abrangente, contribuindo para superação dos problemas sócio-ambientais presentes no campo. (BRASIL, 2006). De acordo com o MDA (2004), a Política Nacional de Assistência Técnica (PNATER) está fundamentada na promoção do desenvolvimento rural sustentável, estimulando a geração de renda através da potencialização das atividades produtivas agrícolas, agroindustrialização, bem como estratégias de comercialização dos agricultores familiares assentados da reforma agrária.

Os atuais programas governamentais de apoio a agricultura familiar e assistência técnica promovem políticas governamentais que visam o fortalecimento dos agricultores familiares, tornando-os capazes de conciliar a produção para consumo familiar e comercializar o excedente no mercado. Desta forma, o PRONAF se destaca como instrumento no processo de implementação de políticas públicas que assiste os assentamentos rurais. Nesse contexto, o serviço de assistência técnica entrelaça-se com o PRONAF, tecendo uma rede de interdependência mútua,

necessária ao agricultor familiar assentado da reforma agrária (OLIVEIRA FILHO e MOREIRA, 2006).

Victor e Sauer (2002) avaliando a assistência técnica em assentamentos detectou a precariedade dos serviços de assistência técnica oferecidos aos beneficiários dos programas de reforma agrária no Pernambuco, observaram que a presença dos técnicos, bem como os órgãos responsáveis pela implantação dos projetos, foi apenas o início da implementação dos assentamentos, deixando os assentados sem um acompanhamento contínuo de suas atividades, além do baixo conhecimento das normas legais do processo da estrutura fundiária e dos programas de reforma agrária.

Na reforma agrária de mercado, mais especificamente no Programa Cédula da Terra, a elaboração dos projetos produtivos se deu antes da compra dos imóveis rurais, contribuindo para o atraso no desenvolvimento do projeto, já que as associações encontram dificuldades para obterem assistência técnica regular (BUAINAIN et al, 2003).

De acordo com a política da ATER desenvolvida nos assentamentos uma equipe para prestar uma assistência técnica digna e precisa, deve ter a cada 100 famílias, um técnico em extensão rural, e para cada 250 famílias, uma extensionista social. As fragilidades na assistência técnica podem ser avaliadas sobre três vertentes: o perfil da equipe, sua carência e sua atuação (BRASIL, 2004).

Para Costa et al (2002), uma equipe técnica compromissada com o trabalho de extensão rural acompanha desde o encaminhamento de documentos dos benefícios até a organização operacional da associação. Nesse sentido a PNATER foi desenvolvida no Brasil para implementar as políticas públicas direcionada para o meio rural (BRASIL, 2004).

A extensão rural tem por objetivos fundamentais o aumento da produção e produtividade agrícola, bem como da pecuária, visando a melhoria da qualidade de vida do agricultor familiar. Segundo a FAO/INCRA (1996) o perfil da agricultura familiar no Brasil mostra que 75% dos estabelecimentos rurais brasileiros são de agricultores familiares, com capacidade de gerar emprego e renda com baixo custo de investimento.

Alencar (1990) argumenta que a abordagem participativa é um processo onde o indivíduo deixa de ser um mero receptor passivo do conhecimento, transformando-se em um sujeito criativo do conhecimento. Desta forma, o desenvolvimento rural

sustentável não é só um processo de crescimento da economia, mais sim, está relacionado a todos os aspectos sociais e ambientais, como melhor distribuição de emprego e renda, saúde, educação, preservação ambiental, em fim, inclusão social de maneira cidadã (RIBEIRO, 1996).

O agricultor moderno é aquele que adere e aplica as orientações técnicas que levam a obtenção de lucro. Nessa perspectiva, os assentados também são levados a modernizarem suas técnicas e conhecimentos que vai além de seus saberes empírico, para tanto necessita dos serviços de assistência técnica, já que a maioria dos assentados possuem pouca experiência na agricultura, um fato que às vezes se torna crítico, uma vez que a relação entre assentados e extensionistas está pautada nas demandas imediatas dos assentamentos. Como argumenta Leite et al (2004), ao criar um assentamento, o Estado assume a responsabilidade de viabilizá-lo, queira o Estado ou não, o desempenho de um assentamento e o desempenho do Estado.

Para Guanzioli et al (2003) e Bruno e Dias (2004), a consolidação e emancipação dos assentamentos, depende especificamente da elaboração do plano de desenvolvimento e de projetos técnicos a serem financiados por programas de créditos, a exemplo do PRONAF, na linha de crédito Pronaf A, direcionada a assentamentos de reforma agrária.

Masselli (1998) ao estudar o projeto de assentamento "Sumaré I" em São Paulo, observou que o crédito e a assistência técnica são fatores que viabilizam o desenvolvimento socioeconômico e sua futura emancipação. No caso dos assentamentos, a presença dos extensionistas se faz indispensável ao acesso as políticas públicas.

Na extensão rural para agricultores assentados: uma análise das boas intenções propostas pelo serviço de ATES, Gomes e Rosenstein (2000) identificaram a reorganização dos padrões tecnológicos que visam lucro só se torna possíveis sobre três vertentes: os que defendem a revolução duplamente verde, que objetiva o aumento de produtividade, mas adequando a produção de renda ao biológico; os que defendem a terceira revolução verde que trabalham a biotecnologia e os adeptos ao capitalismo verde ou modernização ecológica, que usa os recursos naturais de maneira racional, mas que não comprometam os lucros.

Como procedimentos político, a qualificação dos serviços de assistência técnica e extensão rural são direcionadas a agricultores familiares de maneira

compartilhada, fortalecendo a gestão e participação dos beneficiários e de representantes da sociedade civil organizada (BRASIL, 2004).

A característica geral atribuída aos serviços de ATER é a ênfase dada ao desenvolvimento das atividades produtivas promovidas pela atuação dos extensionistas, em busca de modernização dos processos da agricultura familiar. Nesse contexto, a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural da Paraíba – EMATER (PB) têm como missão assegurar ações educativas de assistência técnica e extensão rural a agricultores familiares, contribuindo para geração de emprego e renda e melhoria da qualidade de vida, segurança alimentar e conservação ambiental, desenvolvidas em bases sustentáveis (BRASIL, 2004).

A estrutura operacional da EMATER (PB) é composta de um Escritório Estadual, 15 escritórios regionais e 223 escritórios locais, beneficiando agricultores familiares, assentados da reforma agrária, jovens rurais, quilombos, pescadores artesanais e suas organizações, promovendo estratégias de desenvolvimento sustentável, fortalecendo o associativismo rural, verticalizando a produção, integrando o acesso às políticas públicas de maneira auto-sustentável (EMATER-PB, 2008).

## **2.1 ASSOCIATIVISMO E COOPERAÇÃO EM ASSENTAMENTOS RURAIS**

As organizações associativistas e cooperativista representam um valioso instrumento de fortalecimento nos assentamentos, já que desenvolvem e viabilizam de forma racional as atividades econômicas que visam resultados comuns. Para esta prática existem alguns tipos alternativos de sociedade (Cooperativa, Associações, Condomínios, Grupos Informais, Parcerias) (BRASIL, 2004).

É grande a diversidade e a complexidade das formas de associativismo vivenciadas pelos assentados no Brasil. Nesse contexto, Carvalho (1998) ressalta que pode coexistir em um mesmo assentamento diferentes forma de associativismo, da mesma maneira que uma mesma família assentada pode interagir em uma ou mais dessas formas de associativismo simultaneamente.

Leite et al (2004) destacam que as formas de associação presente nos assentamento rurais são importantes, já que contribui para a melhoria da qualidade de vida dos assentados, pois cultivam valores de ajuda mútua, solidariedade, democracia e equidade social. A expressão associativismo é utilizada para

conceituar de maneira geral todas as formas de cooperação organizada que visam determinado objetivo.

A globalização do processo produtivo leva o mercado consumidor a exigir maior controle de qualidade dos produtos vinculados pelos assentados, o que os levam a utilização de práticas agrícolas que aumentam seus custos de produção, impossibilitando-os de exercer suas atividades agrícolas e econômicas de forma individualizada, levando-os a desenvolver projetos que contemplem a coletividade de suas ações, lançando mão de uma ferramenta organizacional que são as associações ou cooperativas, uma vez que as mesmas possibilitam a realização de compra de insumos em comum, produção, armazenamento, agregação de valores aos produtos através do beneficiamento, industrialização e comercialização, que é o grande gargalo da cadeia produtiva (MEDEIROS e LEITE, 2004; NEVES, 1997).

A organização social e produtiva dos assentados é o caminho para que os agricultores familiares desenvolvam os processos socioeconômicos, além de fortalecer o associativismo nos assentamentos, uma vez que se faz necessário a valorização da participação dos assentados nos projetos de gestão ambientais e produtivos, que necessitam de decisões coletivas (MIRANDA, 2007).

Para Sabourin (2006), as associações rurais criadas no semi-árido nordestino foram com a intenção de trabalhar projetos de combate a seca: Pólo Nordeste, Projeto São Vicente e Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (PAPP), conveniados pelo Banco Mundial. As associações e cooperativas surgem mediante as necessidades que os assentados têm de superar dificuldades sociais e econômicas, além de representar juridicamente os assentados perante as instituições bancárias e o Estado que fomentam as linhas de créditos direcionados ao mesmo (LEITE et al, 2004).

Por sua vez, o cooperativismo é definido como movimento que reúne indivíduos que explora, de forma coletiva, atividades de natureza econômica e de solidariedade social, visando estabelecer a qualidade de vida, sem preconceitos de raça, política ou credo religioso, organizando a produção e comercialização e eliminando o intermediário (IDS, 2003).

As relações das cooperativas com a sociedade englobam três pilares fundamentais: o primeiro é a preocupação interna, ou seja, que não repercute na sociedade, a segunda é a fase intermediária ou reguladora, onde os efeitos comunitários são indiretos, a medida que a cooperativa se organiza, expande-se,

aumenta o número de associados e amplia seus negócios, consolida assim, sua estrutura. A terceira e última fase é a integração com a comunidade, representa o apogeu da função social quanto cooperativa (NASCIMENTO, 2000).

O cooperativismo é caracterizado por: *adesão voluntária*, todos podem entrar e sair da cooperativa quando desejarem; *controle democrático*, cada associado tem direito a um voto independente das quotas-partes, que possuem; *neutralidade política e indiscriminação religiosa e racial*; *aquisição de bens a dinheiro a vista*, para evitar dívidas que prejudiquem ao associado; *variabilidade de capital*, cada associado possui quotas-partes em número variável; *juro limitado ao capital*, é usado em prestação de serviços sem visar lucro; *retorno das sobras do associado*, as economias da cooperativa são distribuídas anualmente aos associados.

## **2.2 A PROBLEMÁTICA DAS COOPERATIVAS EM ASSENTAMENTOS RURAIS**

Segundo Leite et al (2004), as cooperativas trabalham pelo desenvolvimento de suas comunidades, mesmo assim, elas não são comuns em assentamentos brasileiros. Benetti (2004 *apud* MIRANDA, 2007) destaca a gestão coletiva do sistema produtivo em assentamento rurais no Rio Grande do Sul, trabalhados pelo MST, onde a ação coletiva melhorou o acesso ao crédito, postos de saúde, escola e assistência técnica contínua e de qualidade, representando a reinserção dos assentados ao processo socioeconômico através da geração de emprego e renda.

De acordo com Miranda (2007), as primeiras cooperativas agrícolas do Nordeste foram formadas por grandes e médios proprietários que obtinham ajudas públicas. As más experiências destas cooperativas levaram as dificuldades de criação de futuras cooperativas, por outro lado, as associações de pequenos produtores familiares se fortaleceram como modelo organizacional nos últimos 20 anos no Nordeste.

As formas de associativismo presente nos assentamentos, bem como as associações de produtores familiares no semi-árido nordestino objetiva a captação de recursos junto às instituições estaduais, além da gestão interna dos assentamentos, já que os mesmos se situam em áreas com condições edafoclimáticas adversas que dificultam os meios de produção e comercialização, sendo a gestão coletiva, fazendo uso de associações, uma das formas de mitigar

tais aspectos que visam a inclusão social dos agricultores familiares assentados ou não.

A interação entre trabalhadores rurais nas áreas de reforma agrária com o Estado dar-se-á de duas formas: do lado do Estado estão INCRA, EMATER, instituições financeiras que repassam os recursos dos programas dos Governos. Do outro, a sociedade civil, representada pelas associações e cooperativas dos assentados, os sindicatos dos trabalhadores rurais e movimentos sociais (CONTAG, MST e a CONCRAB) (CARVALHO, 1998).

As cooperativas fundamentam seus valores na ajuda mútua, responsabilidade, equidade social, democracia e solidariedade, pregando os princípios do livre acesso e adesão voluntária, com controle, organização da gestão democrática, onde a participação econômica de seus associados se dá de maneira equitativa e autônoma, oferecendo educação, capacitação e informação aos cooperados, dirigentes, gerentes, além de fortalecer o movimento através da cooperação entre cooperativas e a interação por meio da estrutura local, regional e nacional, com compromisso com a comunidade, trabalhando o desenvolvimento sustentável através de políticas definidos pelos associados (RECH, 2000).

Para Nascimento (2000) as cooperativas trazem benefícios aos cooperados de várias maneiras: através de preços justos, quando se trata de cooperativas de produção; redução de preços nas cooperativas de consumo; juros melhores e com melhores prazos nas cooperativas de crédito; custo menor e melhor qualidade de vida no que diz respeito as cooperativas educacionais e habitações mais baratas e melhores remunerações e segurança nas cooperativas habitacionais e de trabalho respectivamente.

Desta forma, a maneira racional de melhorar a qualidade de vida está na gestão solidária, visando objetivos redistributivos e bem-estar individual, fortalecendo o desenvolvimento comunitário.

### **2.3 DESAFIOS DA COOPERAÇÃO**

- Superar a (des) confiança;
- Romper com o imediatismo, estabelecendo objetivos de médio e longo prazo;

- Romper com o individualismo através da coesão grupal, organizacional ou social;
- Superar a falta de persistência, mantendo constância de propósito.

A cooperação nasce da liberdade e não da imposição, o processo de ação coletiva fortalece a união, a ajuda mútua, a tomada de decisão e a superação dos dilemas sociais nos assentamentos rurais. A criação de uma instituição social regula todas as atividades econômicas, produtivas e sociais. Em fim, a instituição é incumbida de gerir todas as demandas de comportamento individual ou coletivo que surgem no cotidiano da vida do assentado, resolvendo-os em clima de harmonia e não de dissensão, ações necessárias para implementar e consolidar o desenvolvimento de um assentamento (MIRANDA, 2007).

No assentamento Maceió, estudado por Carvalho (1998), a prática de produção coletiva da terra e meios de produção são de uso comum, a exemplo da força de trabalho, onde o produto líquido do trabalho coletivo de 10% é direcionado para famílias participantes e o restante é aplicado em atividades produtivas, equipamentos e implementação da infra-estrutura econômica e social do assentamento.

Rocha e Apel (1992) ressaltam que os maiores problemas enfrentados para consolidação das associações nos assentamentos rurais são: a maioria dos assentados nunca foram proprietários; o desenvolvimento de agrovilas vão de encontro à cultura dos assentados que preferem o desenvolvimento de unidades produtivas familiares, pouco conhecimento de sua nova realidade leva a indecisão na hora de montar seus projetos, levando a intervenção de mediadores na organização e produção dos assentamentos.

De maneira geral tem prevalecido uma elaboração de projetos técnicos com atividades propostos pelo extensionista, além de não ter uma ação extensionista contínua pontual, não existe participação do assentado no desenvolvimento e viabilização econômica dos projetos técnicos o que dificulta a emancipação da associação, bem como do assentamento (GUANZIROLI et al, 2003; BRUNO e DIAS, 2004).

Para Rech (2000), a cooperativa apresenta-se no centro das associações e empresas. Ela caracteriza como empresa quando desenvolve uma ação mercadológica, comprando e vendendo, prestando serviços aos seus cooperados, por outro lado, caracterizam-se como associação quando capta as necessidades

dos associados e usufruir os resultados positivos do mercado. O funcionamento da cooperativa pode ser representado da seguinte forma:

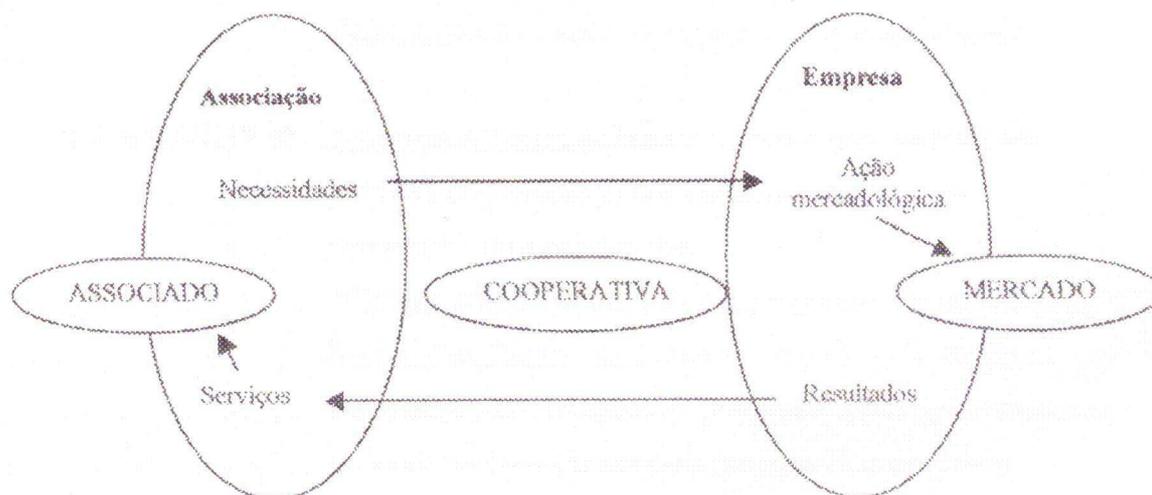


Figura 1. Funcionamento de uma cooperativa. Fonte: IDS, 2003.

De acordo com Ferraz et al (1997), para se conhecer uma cooperativa se faz necessário compreender o contexto que a mesma está inserida. Medeiros e Leite (2004) observaram que as atividades desenvolvidas por cooperativas nos assentamentos não contribuem para a melhoria da renda familiar.

O desenvolvimento de associações e cooperativas como ferramenta de organização socioeconômica e política de assentados surgiram de maneira dominante com a criação dos assentamentos no Brasil, assumindo uma nova dinâmica de mediação, debate e tradução, desenhando uma nova forma de organização social e produtiva dos regimes naturais (MIRANDA, 2007).

As associações e cooperativas são descritas pelos movimentos sociais e órgãos governamentais como instituições que melhor desenvolveram interação com o Governo e as instituições financeiras, mesmo assim, os recursos destinados via associações e cooperativas são insuficientes para fortalecer a infra-estrutura produtiva nos assentamentos (FERNANDES e FERREIRA, 2004).

De acordo com Nascimento (2000) o cooperativismo foi moldado ao longo do tempo pelo capitalismo, que o transformou em um movimento que objetiva corrigir as disfunções do sistema econômico, facilitando a realização, de maneira coletiva, projetos socioeconômicos que, individualmente, seria difícil sua realização.

No capítulo a seguir será abordada a problemática da assistência técnica e associativismo em dois assentamentos do Sertão paraibano, a fim de mostrar

empiricamente a relação entre esses dois aspectos, tão destacados nas políticas públicas destinadas à assentamentos rurais.

### **CAPÍTULO III**

## **ASSISTÊNCIA TÉCNICA E ASSOCIATIVISMO EM ASSENTAMENTOS RURAIS: DESCRREVENDO O CAMPO**

A reforma agrária pode ser definida como um programa de divisão de terras, ou seja, grandes latifúndios improdutivos que são loteados e distribuídos para produtores rurais desenvolverem seus cultivos, garantindo aos pequenos agricultores, condições de desenvolvimento agrário e produtividade, gerando emprego e renda que visam a melhoria da qualidade de vida para as famílias assentadas, sendo todo este processo gerido pelo INCRA. Reforma Agrária de Mercado foi desenvolvida para complementar a reforma redistributiva, fazendo uso de financiamento de compra de terras para trabalhadores rurais, visando ser uma suposta forma eficiente e politicamente viável de distribuição fundiária e alívio a pobreza rural em sociedades altamente desiguais (SAUER e PEREIRA, 2006).

Os programas de reforma agrária de mercado no Brasil se tornaram modelos exemplares, uma vez que, em quase dez anos de experiência em nenhum outro país ocorreu um volume de empréstimos tão expressivos para implementação desse modelo (PEREIRA, 2004). De acordo com Pereira (2005), a mudança na malha fundiária ou da política de reforma agrária está ocorrendo fazendo uso de instrumentos de compra e venda de terras e não pelo mecanismo de desapropriação por interesse social.

### **3.1 CARACTERIZAÇÃO DO ASSENTAMENTO SÃO JOÃO II**

O assentamento São João II é um projeto financiado pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário, ocupa uma área de 266 hectares, possui dois acessos, um pela BR230 após o perímetro urbano do município de Pombal (PB), percorrendo 9 km; o outro pela BR 427, sentido Pombal-Paulista, totalizando 12 km da sede do município, situado à margem direita do Rio Piranhas, ao sul dos limites geográficos do município, o projeto tem 7 anos de aquisição e foi realizado através de uma associação de produtores rurais, todos descendentes de antigos meeiros, com larga experiência no exercício da agricultura (ver Gráfico 1).

A associação é composta por 15 assentados, ocupando uma área individual de 17 hectares (ver Mapa 1 e 3, no Anexo 2) Como era o primeiro projeto de reforma agrária de mercado no município, tanto o órgão de assistência técnica (EMATER),

bem como o INTERPA, Órgão Estadual responsável pelo projeto estaria em fase de adaptação de tramites legais de processos do crédito fundiário no município, todo processo de compra da fazenda foi realizado pela Associação Comunitária de São João II (formada por famílias da região), na qual os proponentes (futuros assentados) eram associados, uma instituição aberta a todos os moradores da comunidade.

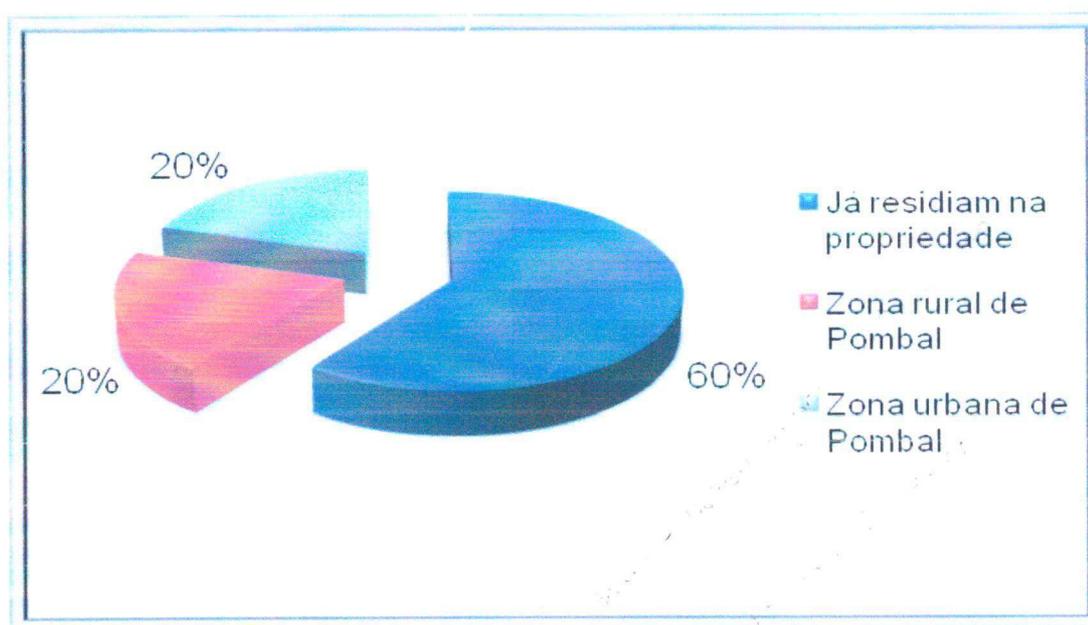


Gráfico 1. Procedência das famílias assentadas

O processo de aquisição durou nove meses, sendo implementado o assentamento no dia 22 de dezembro de 2001. Após a aquisição, o INTERPA, EMATER e associados sentiram a necessidade de organizar uma instituição formada apenas pelas famílias assentadas, uma vez que os mesmos apresentavam realidades e necessidades divergentes aos demais associados.

O processo de criação de um assentamento necessita de uma estruturação social e pessoal, que possibilite a superação dos dilemas sociais, espaciais e produtivos, fortaleça a ação coletiva e busquem a implementação das políticas públicas que levem ao desenvolvimento sustentável, desta forma os assentados e a equipe técnica do assentamento, no dia 5 de fevereiro de 2003, criaram a Associação Comunitária dos Agropecuaristas do São João, de acordo com a ata de fundação estiveram presentes na assembléia 15 assentados e a equipe técnica da EMATER. A Diretoria é formada por Presidente, Vice-presidente, Secretário, tesoureiro e três membros que compõem o Conselho Fiscal. O mandato de cada

Diretoria tem dois anos de duração, com direito ilimitado a reeleição. A filiação é aberta aos filhos dos assentados acima dos 16 anos.

É importante ressaltar que 20% da área total do assentamento são considerados “espaço de reserva legal”, seguindo a legislação Federal que regula a política ambiental quando se trata de posse e uso da terra no setor rural. Da reserva são extraídos a lenha para o uso doméstico, estacas e mourões para a fabricação de cercas e toda infra-estrutura dos lotes, também é utilizada para o pastejo coletivo dos animais. O assentamento dispõe de cinco reservatórios de água (ver Mapa 4, no Anexo 2) entre açudes e tanques de irrigação, além de ser banhado pelo Rio Piranhas. Os reservatórios fornecem água para o consumo animal e para irrigação por micro-aspersão de hortaliças e frutíferas. Os peixes são usados para complementar o cardápio diário dos assentados, fortalecendo suas reservas protéicas. A água utilizada para o consumo humano é fornecida do rio, sendo tratadas nas residências com uso de hipoclorito de sódio, distribuído pelo agente de saúde.

A economia do assentamento é baseada na agricultura de subsistência com plantio de milho, feijão e tubérculos. Para comercialização, os assentados produzem banana irrigada, que é comercializada na forma *in natura*, além de algumas frutíferas como: acerola, goiaba, manga e caju, que são beneficiadas na agroindústria de polpa de frutas que foi conveniada pelo Programa de Combate a Pobreza Rural (PCPR) do Projeto Cooperar do Governo Estadual via Associação.

Como as frutas existentes no assentamento são produzidas em pequena escala, os assentados, de forma coletiva, compram algumas frutas, a exemplo da graviola, uva e umbu, etc., para complementar o processo agroindustrial, após a fabricação das polpas, as mesmas são comercializadas pelo Programa Federal, conveniado a Prefeitura Municipal denominado Compra Direta da Agricultura Familiar, sendo que, após pagas as despesas com o processo de produção, o saldo é dividido de maneira igualitária entre os assentados, participantes da produção. Outra fonte de renda vem da comercialização de animais, bovinos, ovinos, caprinos e aves. Como fonte de lazer, os assentados costumam ir a missa na capela da comunidade vizinha, como também, de participarem de vaquejada, uma vez que o assentamento conta com dois mini-parques de vaquejada, além do banho nas águas do Rio Piranhas, que atraem não somente aos assentados como também dos visitantes.

Analisando o nível de escolaridade dos assentados observou-se que o nível é considerado baixo, onde 13 % são analfabetos; 33% analfabetos funcionais; 7% têm o ensino fundamental completo; Dos 7% ensino fundamental incompleto, a maioria não chegaram a completar a primeira fase do ensino fundamental; com relação ao ensino médio e curso superior, apenas 7% os concluíram (ver Gráfico 2).

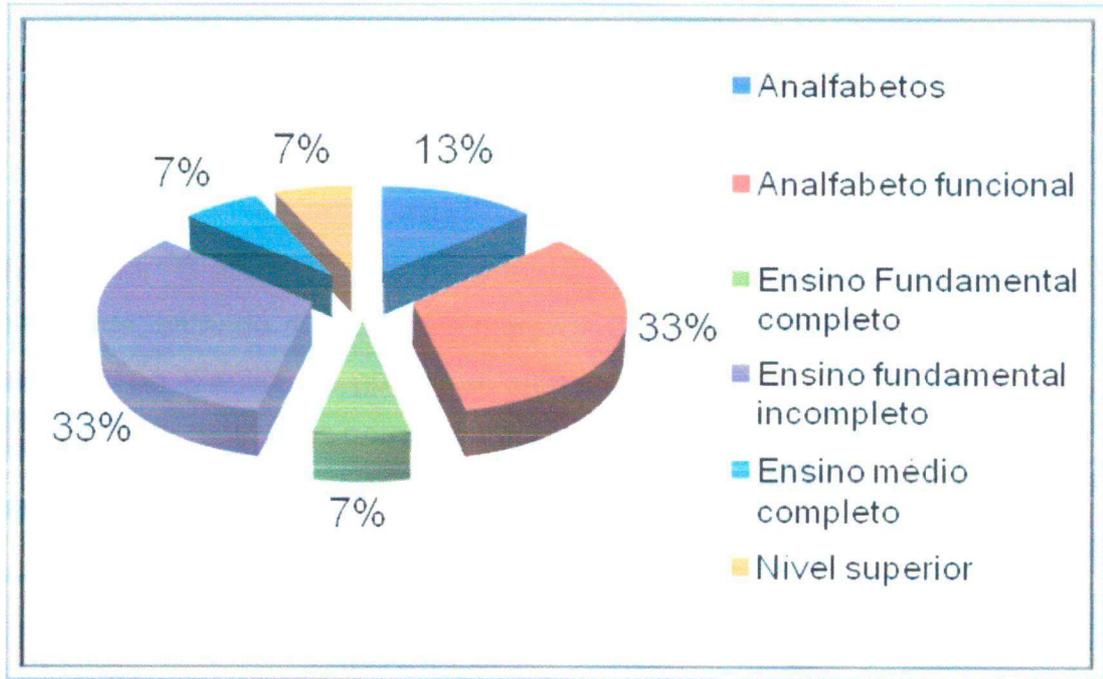


Gráfico 2. Nível de escolaridade dos assentados

Com relação às linhas de crédito rural, todos os assentados acessaram, o Pronaf A, específico para assentados da reforma agrária, mas dos 15 assentados, 12 já passaram para a linha de crédito Pronaf C, o que, segundo eles, dificultou a capacidade de pagamento dos empréstimos já adquirido:

(...) o empréstimo no Banco do Nordeste (Pronaf A) melhorou nossa vida (...) compramos animais, equipamentos de irrigação, implantamos nossas culturas (...) mas nos endividamos no Banco do Brasil (Pronaf C), o que prejudicou nossos pagamentos. (Assentado do São João II).

O grau de inadimplência é bastante elevado, devido à maioria como os assentados mudaram de categoria, do Pronaf A, um crédito de juros baixos 1.5% a.a e rebate de 50% no montante, para Pronaf C, que oferece juros de 6% a.a. com rebate mínimo no principal. Os assentados ressaltam ainda que na elaboração dos projetos foram comprados equipamentos desnecessários, que até hoje, sete anos depois, não utilizaram, além da assistência técnica ter sido falha, ou seja, não foi

contínua (ver Gráfico 3), esteve presente apenas no início da aplicação dos empréstimos, estando ausente nos momentos cruciais da produção (ver Gráfico 4), a exemplo do plantio de goiabeira, que necessitava de podas de condução e frutificação, não realizados porque os assentados não tinham conhecimento técnico.

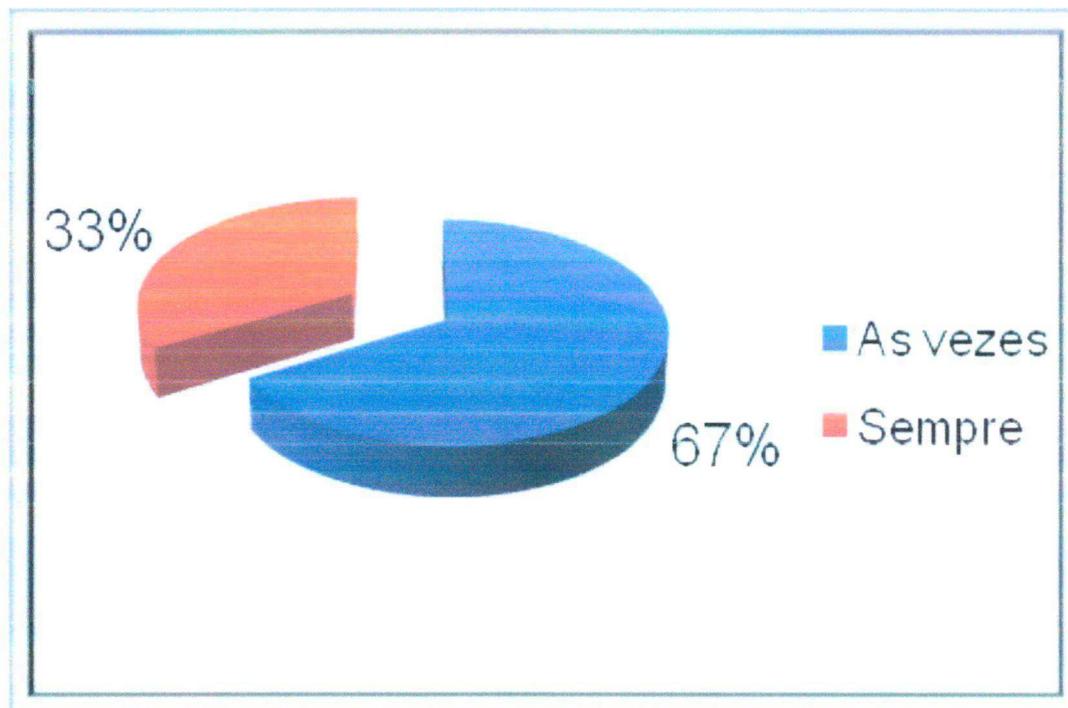


Gráfico 3. Frequência da assistência técnica no assentamento

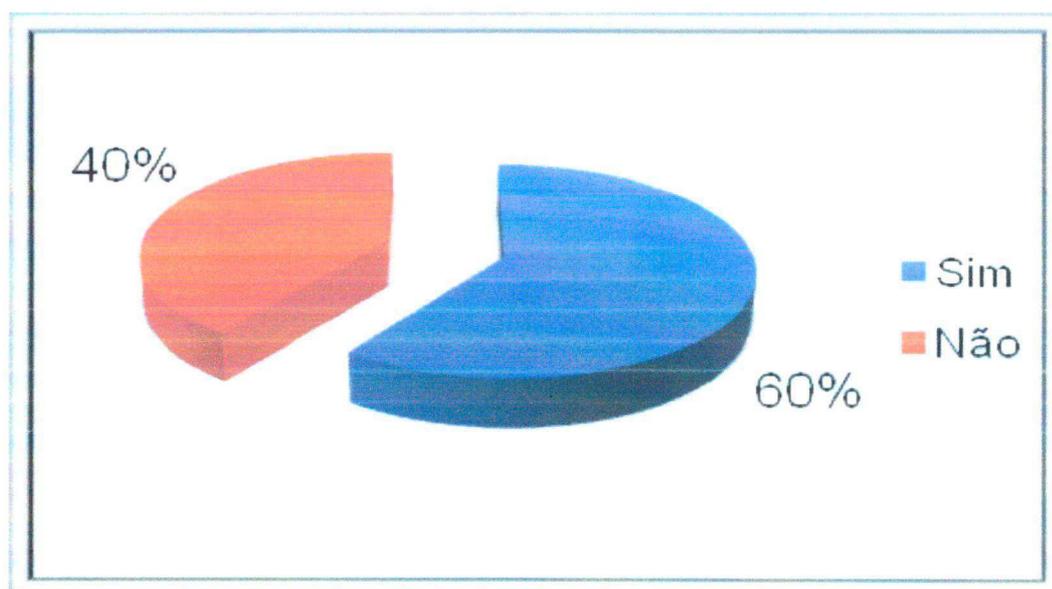


Gráfico 4. Presença assistência técnica na aplicação do empréstimo

Faz-se necessário falar da precariedade das condições de trabalho da EMATER no município de Pombal (PB), órgão responsável pela assistência técnica no assentamento, na maioria das vezes, os técnicos contam com pouco combustível nos automóveis, além de um número muito alto de comunidades para serem atendidas por um pequeno número de técnicos.

Para os assentados, a assistência técnica é fundamental no processo produtivo (ver Gráfico 5), uma vez que os mesmos são desprovidos de conhecimento técnico, já que, com a modernização da agricultura veio consigo os órgãos de pesquisa que desenvolveram novas variedades, espaçamentos, uso de defensivos, entre outras técnicas que exigem conhecimentos técnicos, fortalecendo e valorizando a presença da assistência técnica no assentamento.

(...) os técnicos nos orientam nos plantios, traz conhecimento que melhoram nossa produção (...) são capacitados para aplicar novas técnicas que aumentam nossa produtividade. (Assentado do São João II).

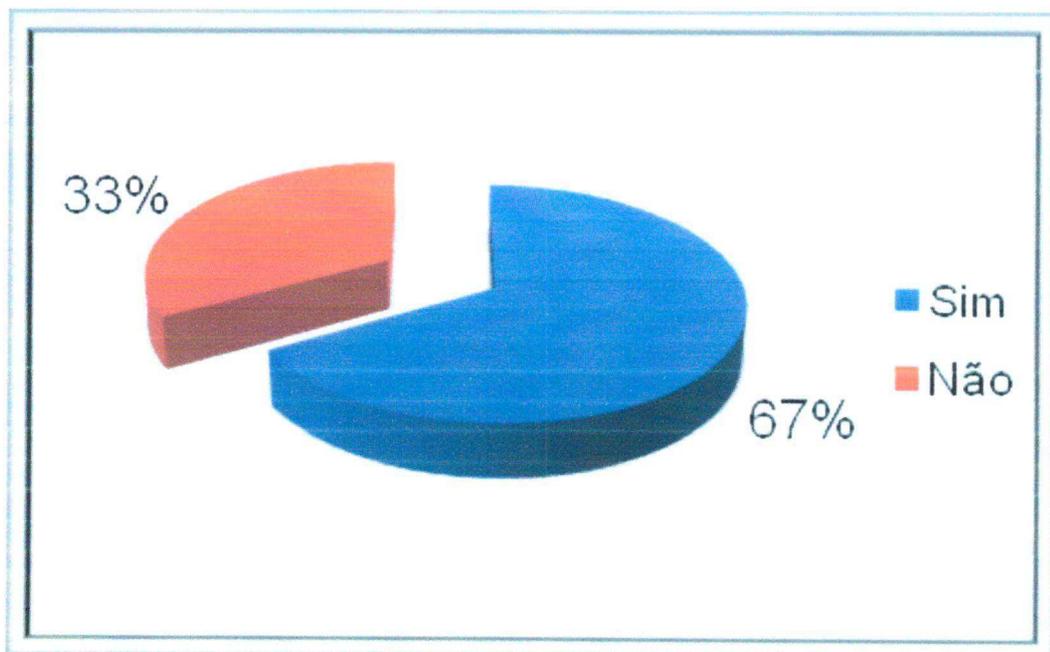


Gráfico 5. Importância da assistência técnica para os assentados

O nível de escolaridade também influenciou na freqüência com que os assentados seguem as orientações do extensionista, bem como nos trabalhos coletivos e participação em palestras, cursos e treinamentos ocorridos nos assentamentos (ver Gráfico 6). Para os assentados, a assistência técnica disponibilizada deve melhorar, já que necessitam produzir mais, com melhor

qualidade, em menor tempo e com custos baixos para cumprirem com os pagamentos junto as instituições financeiras, e, assim, não perderem os bônus de adimplência.

(...) gostaria que eles viessem mais vezes (...) visitassem os lotes e não participassem apenas das reuniões da Associação. (Assentado do São João II).

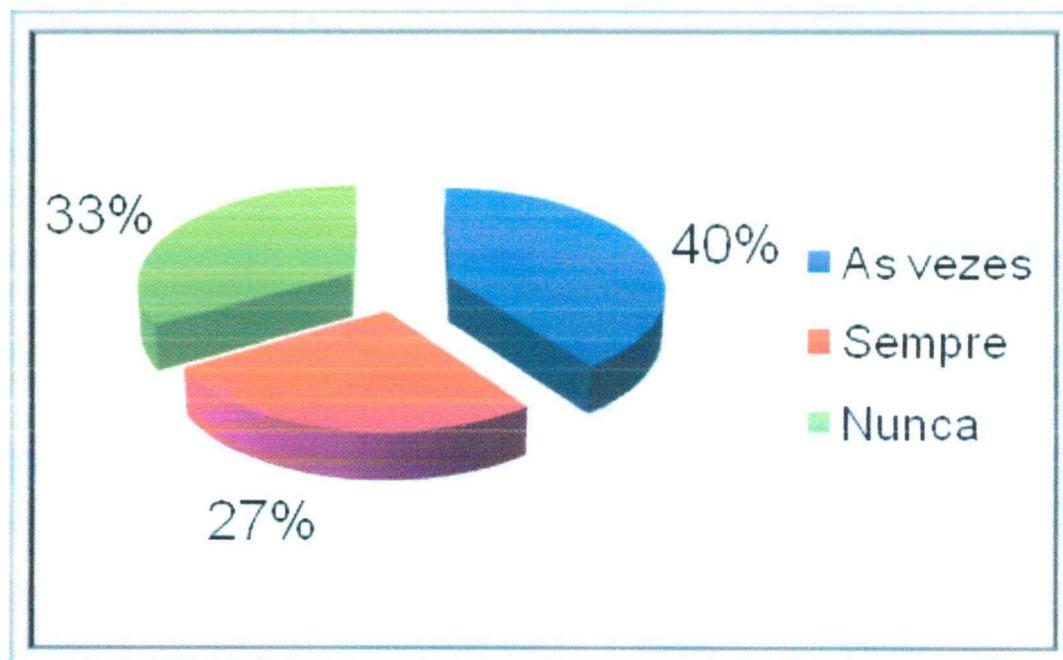


Gráfico 6. Frequência com que os assentados seguem as orientações técnicas

A participação dos assentados nas assembléias são boas (ver Gráfico 7), uma vez para a maioria, a associação é de fundamental importância (ver Gráfico 8), porque, além de os representarem juridicamente, traz benefícios e se faz indispensável no processo de tomada de decisão coletiva, que envolvem os processos produtivos, sociais e ambientais.

As atividades coletivas nos assentamentos estão ligadas aos mutirões para melhoria da sua infra-estrutura (cercas) e a produção de polpas de frutas, sendo a participação considerada razoável (ver Gráfico 9). A atual situação dos assentados vem dificultando a manutenção da sua qualidade de vida e de seus familiares, uma vez que os mesmos estão inadimplentes junto as instituições financeiras, dificultando com isso, o desenvolvimento dos seus processos produtivos, o que propiciou o fortalecimento da união do grupo, contribuindo para a superação dos dilemas sociais e conflitos, mostrando aos assentados que o trabalho coletivo reduz

custos, estimulando com isso, participação de um maior número de assentados nas assembléias e trabalhos coletivos.

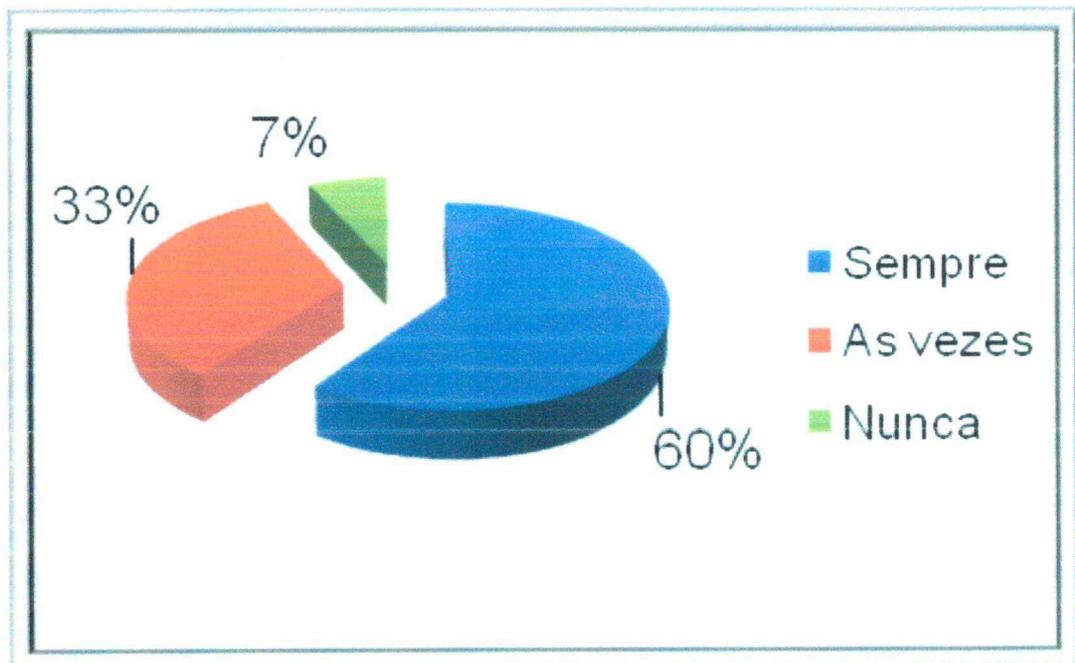


Gráfico 7. Participação dos assentados nas assembléias

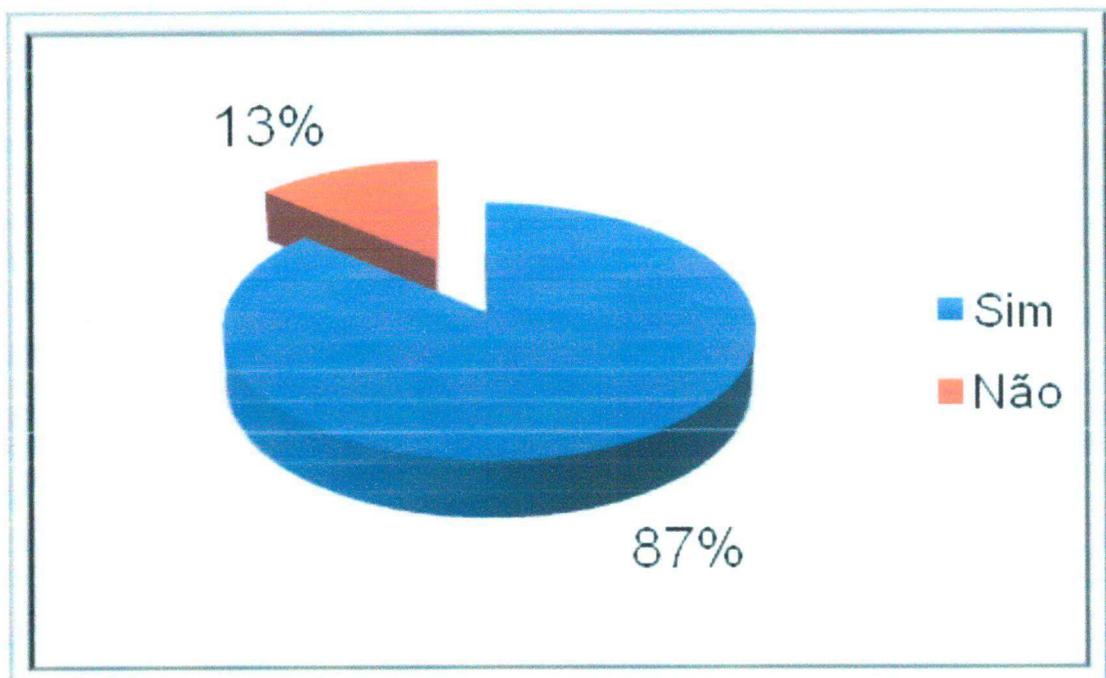


Gráfico 8. Importância da associação para os assentados

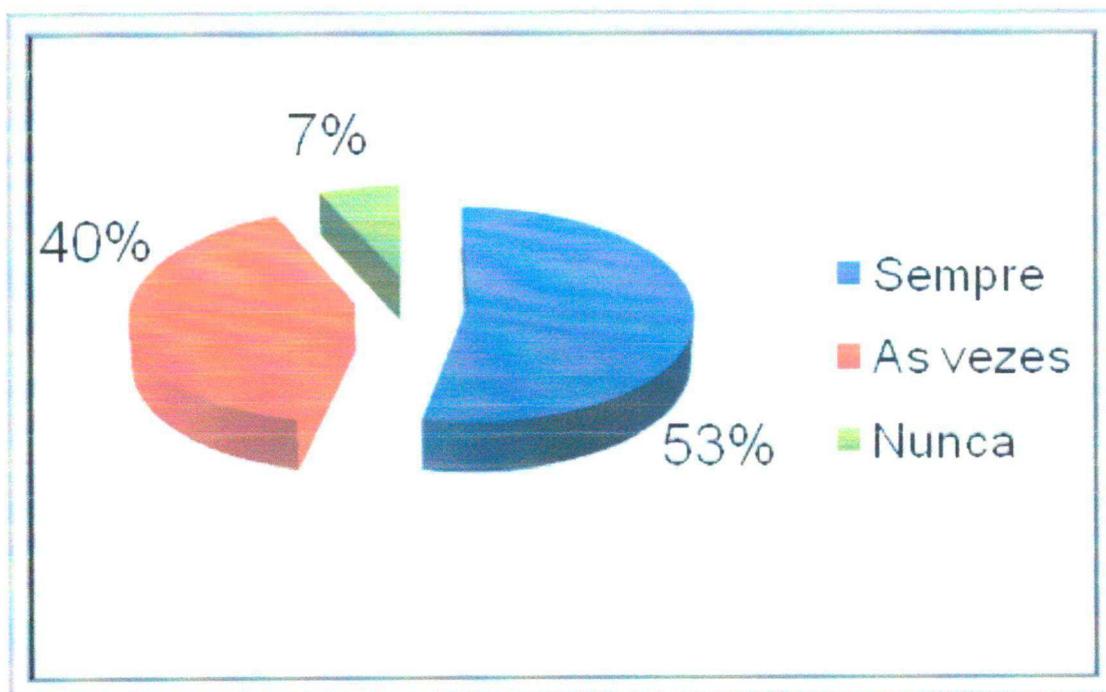


Gráfico 9. Participação em atividades coletivas

### 3.2. CARACTERIZAÇÃO DO ASSENTAMENTO JACU

O assentamento Jacú é um projeto implementado pelo INCRA, ocupa uma área de 1.340 hectares, localiza-se a 7 km da cidade de Pombal (PB) e está situada a direita da BR 427, sentido Pombal-Paulista. Tem aproximadamente cinco anos de formação, são representados por uma associação com 40 assentados, organizados em forma de agrovila (ver Mapa 2, no Anexo 2), com residências que medem 6m x 9m. Os lotes ocupam uma área de 14 hectares por família.

A associação foi criada no dia 20 de agosto de 2003, sendo a Diretoria formada por Presidente, Secretário, Tesoureiro, três suplentes e três membros que compõem o Conselho Fiscal. Para a formação do assentamento não houve conflitos, em uma visita técnica do INCRA, constatou-se que a fazenda tinha uma área com mais de 1000 hectares e contava com a presença de apenas quatro moradores e 150 cabeças de gado, constituindo-se, portanto, improdutivo.

Na etapa seguinte foram erguidas algumas barracas, mas o próprio INCRA achou desnecessário tal ato, uma vez que o processo de desapropriação era amigável. A área de reserva ambiental é de 268 hectares, atendendo a Legislação Federal. Delas são extraídas lenhas para uso doméstico, estacas e mourões, além de servir para pastejo produtivo dos animais. O parcelamento dos lotes já foi realizado, sendo que ainda não foram sorteados, porque existem quatro lotes que

são considerados improdutivos e os assentados estão entrando em acordo com o INCRA para deixá-los para área de reserva legal e retirar quatros lotes na referida reserva, já que, quatro dos assentados residem próximos a mesma e já plantam na região.

Existem no assentamento seis açudes (ver Mapa 4, no Anexo 2) que são utilizados para o consumo animal e como fonte de alimentação humana, uma vez que os mesmos são retirados os peixes para complementar os cardápios dos assentados. A água utilizada para consumo humano provém das cisternas de placas e sua economia é baseada na agricultura, onde produzem milho, feijão, batata doce, melancia, etc., para subsistência e comercialização. O lazer do assentamento está direcionado para realizações de missas da capela e campeonato de futebol, o que se explica pela quantidade de jovens nos assentamentos.

O perfil da população assentada no Jacú reflete a problemática descrita anteriormente, uma vez que muito dos assentados descendem de outros projetos de assentamentos que não obtiveram êxito em cidades como Cajazeiras, Campina Grande e outros, indicando claramente que os assentamentos são a forma organizada de acesso a posse e uso da terra. O assentamento também conta com a presença de assentados que já moravam na propriedade ou em propriedades vizinhas, além dos que habitavam na zona urbana do município de Pombal (PB) (ver Gráfico 10).

O nível de escolaridade no assentamento é precário, a maioria é analfabeto ou analfabeto funcional. Apenas uma pessoa possui ensino médio completo, nove concluíram a primeira fase do ensino fundamental, não existindo nenhum assentado com curso superior (ver Gráfico 11). No assentamento Jacú nenhum assentado obteve crédito ainda, uma vez que, o Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) está sendo desenvolvido pela Central de Acampamentos aos Assentamentos do Auto Sertão Paraibano (CAASP), a empresa é uma Organização não Governamental (ONG) ligada a CPT, que presta assistência ao assentamento desde sua criação.

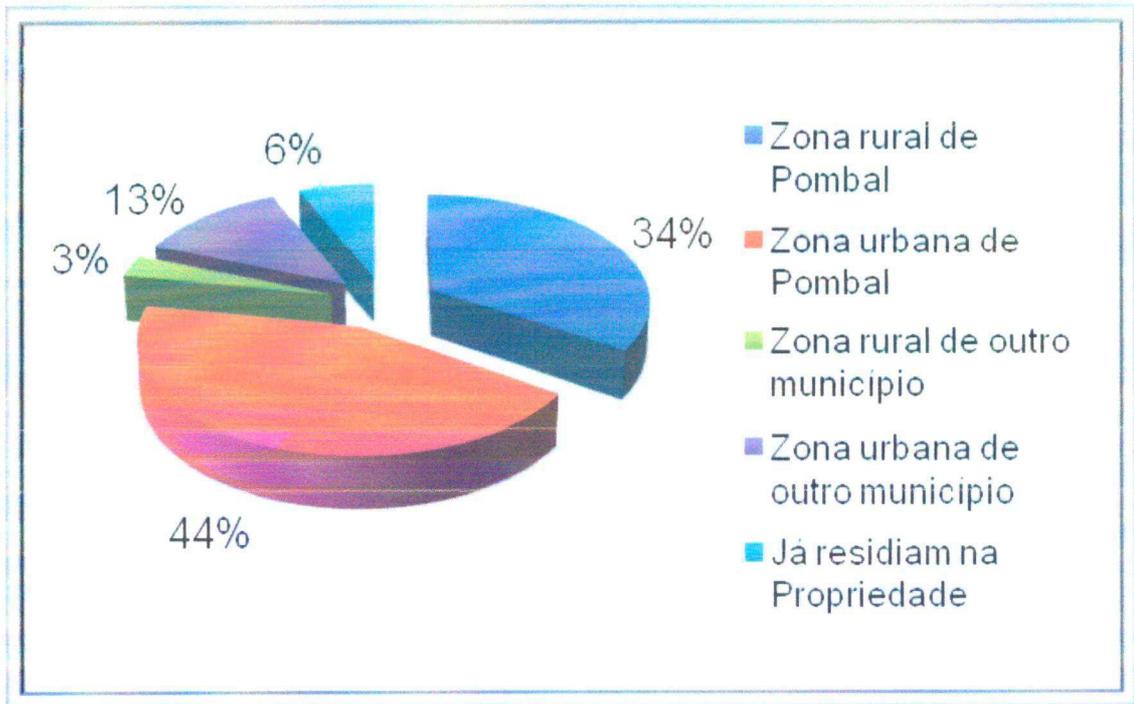


Gráfico 10. Procedência das famílias assentadas

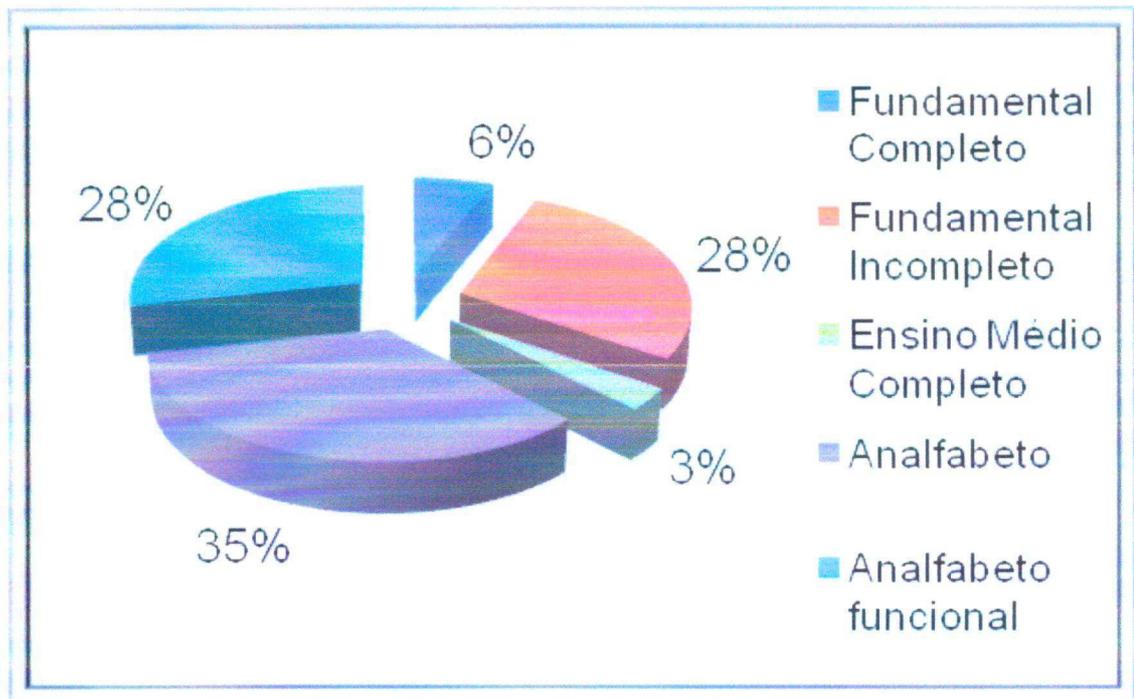


Gráfico 11. Nível de escolaridade dos assentados

De acordo com a maioria dos assentados, a assistência técnica está presente no assentamento (ver Gráfico 12) apesar da sede da CAASP ser localizada na cidade de Cajazeiras, a equipe técnica sempre faz capacitação na área de

associativismo e produção agrícola. Quando indagados da importância da assistência técnica eles foram firmes em ressaltar que a mesma é indispensável (ver Gráfico 13).

(...) traz orientação nos plantios, nos combates as pragas, além de incentivar o uso de venenos naturais (...) junta o que a gente sabe com a técnica. (Assentado do Jacú).

Apesar do nível de escolaridade do assentamento Jacú ser baixo, a frequência com que o assentado segue as orientações é considerada boa (Gráfico 14), não influenciando negativamente no trabalho da equipe técnica no assentamento, talvez seja devido ao grande número de assentados com participação em organização coletiva antes de ser assentado (Tabela 1), uma vez que os mesmos já são trabalhados no que se refere a parte social, mesmo com grau de instrução baixo.

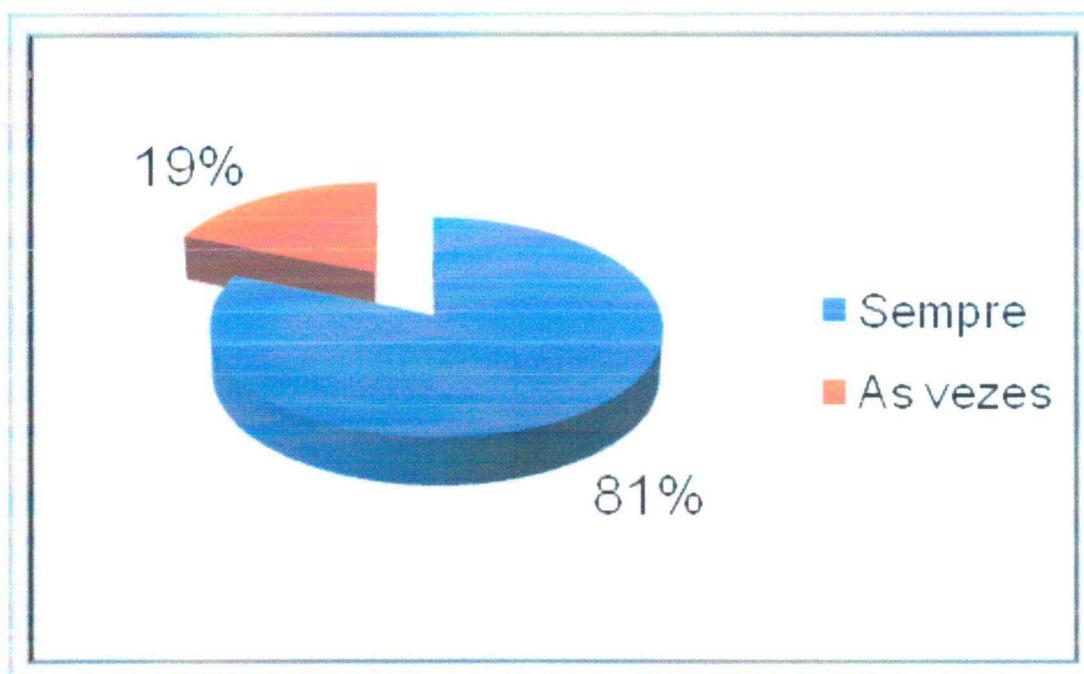


Gráfico 12. Frequência da assistência técnica no assentamento

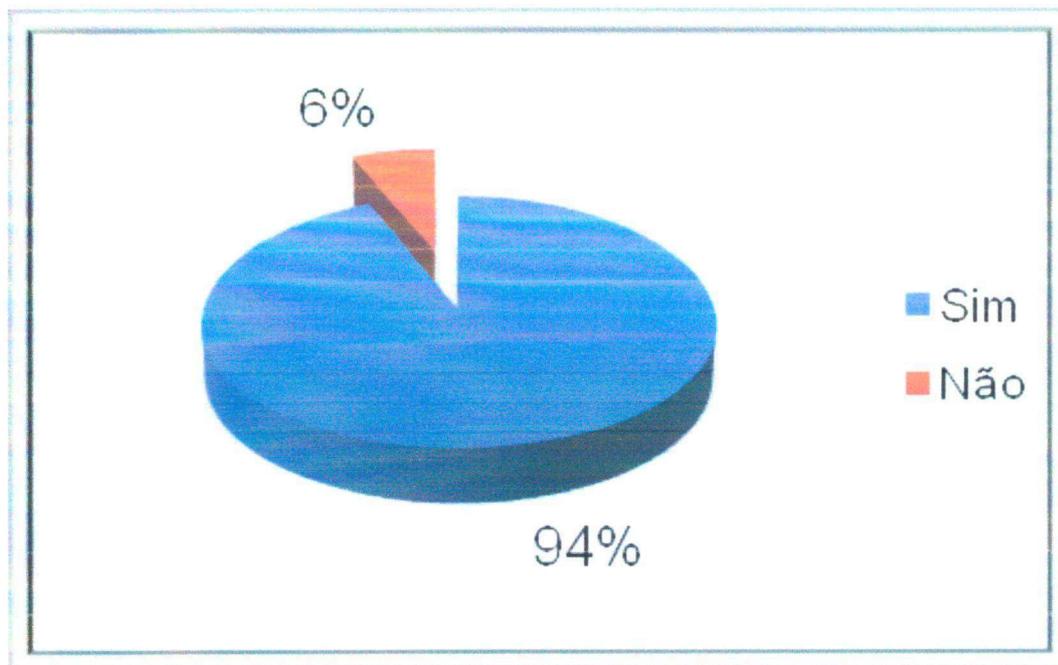


Gráfico 13. Importância da assistência técnica para os assentados

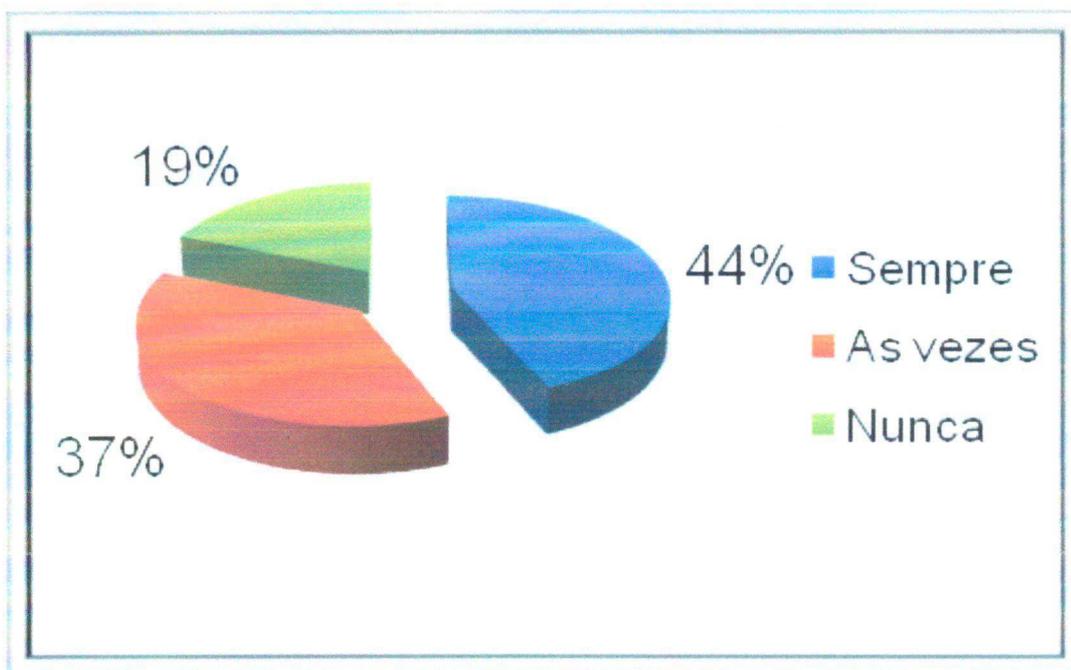


Gráfico 14. Frequência com que os assentados seguem as orientações técnicas

A participação dos assentados nas assembléias (ver Gráfico 15) se detém a discussões cotidianas que necessitam de decisão coletiva. Atualmente 85% dos assentados afirmaram ir a todas as reuniões; 9% dizem que vão às vezes e apenas 6% nunca vão as reuniões.

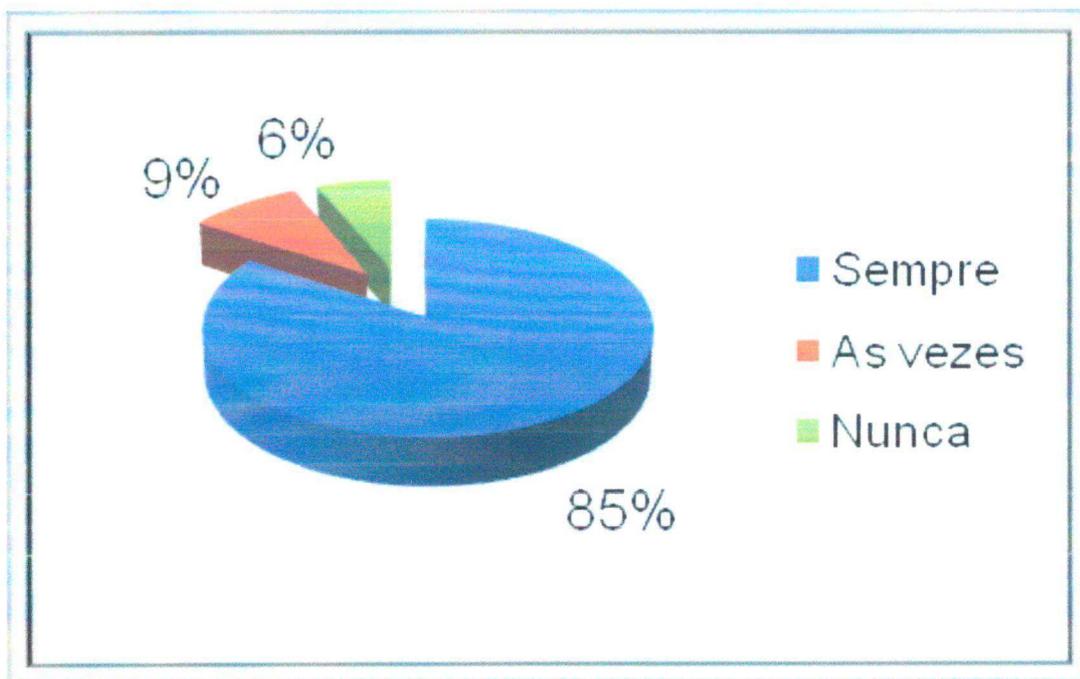


Gráfico 15. Freqüência de participação dos assentados nas assembléias

Para os assentados do assentamento Jacú, a associação exerce papel importante, pois contribui para a mobilização dos mesmos (ver Gráfico 16) além de fortalecer a união entre os assentados e facilitar o acesso para benefícios, a exemplo da aposentadoria e salário maternidade.

(...) uma associação é a mola mestre do assentamento (...) é de onde parte todas as decisões. (Assentado do Jacú).

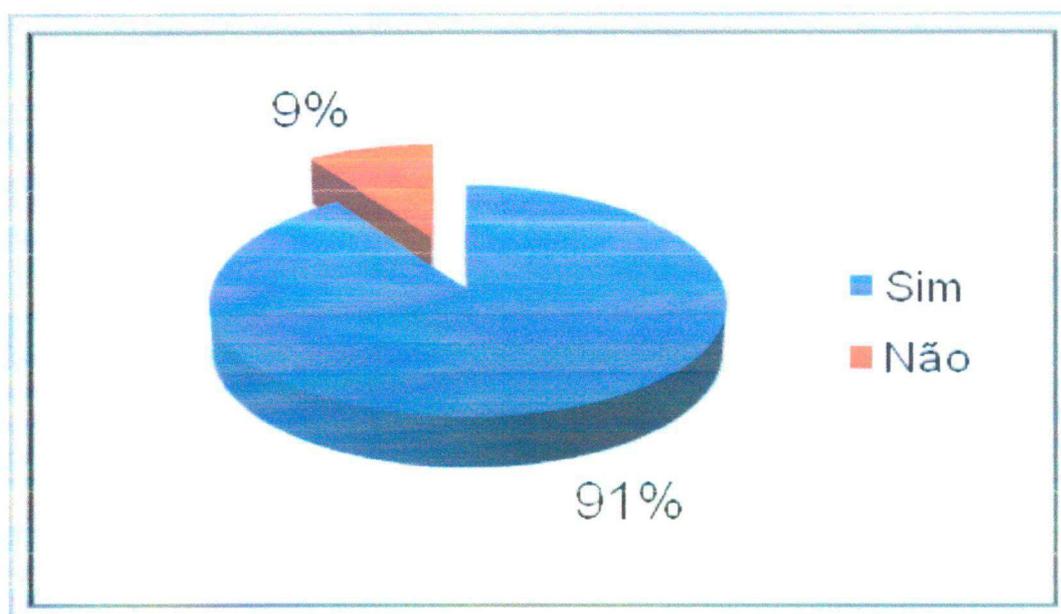


Gráfico 16. Importância da associação para os assentados

Para os assentados do Jacú, a participação em atividades coletivas é uma rotina (ver Gráfico 17), os mesmos estão sempre participando de mutirão, seja para realizar atividades de infra-estrutura ou nos plantios, como suas áreas ainda não foram sorteadas, eles trabalham coletivamente no sistema produtivo e nas áreas de pastejo animal.

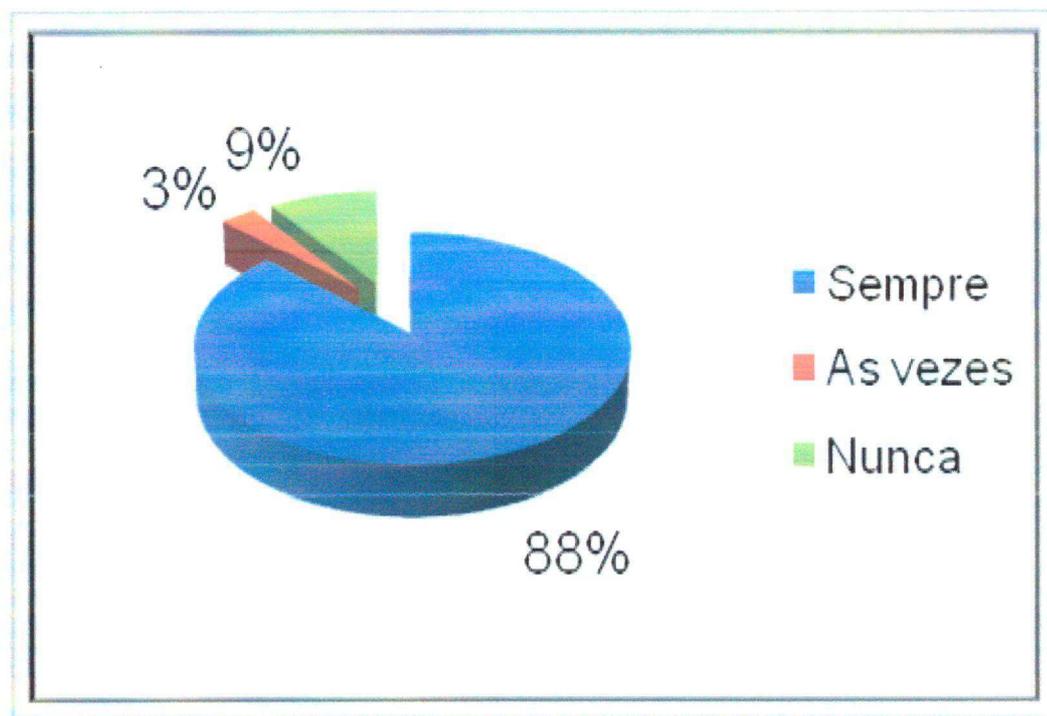


Gráfico 17. Freqüência de participação dos assentados em atividades coletivas

De certa forma a morosidade em resolver os problemas com os lotes improdutivos contribuiu para desenvolvimento de atividades coletivas que fortaleceram a cooperação e o associativismo no assentamento. Por outro lado se tornou empecilho para liberação de créditos necessários para a consolidação do assentamento.

### 3.3 COMPARAÇÃO ENTRE OS DOIS ASSENTAMENTOS

Comparando os aspectos referentes aos serviços de assistência técnica e associativismo, dos assentamentos estudados, os dados apontam para uma insuficiência na cobertura de assistência técnica prestada ao assentamento São João, os serviços eram prestados pela Emater (PB), cruzando os dados de assistência técnica da Emater com os dados dos serviços prestados pela CAASP,

uma organização não-governamental que presta assistência ao assentamento Jacu (ver Gráfico 18), verifica-se, portanto, que as famílias do assentamento Jacu têm mais acesso à assistência técnica.

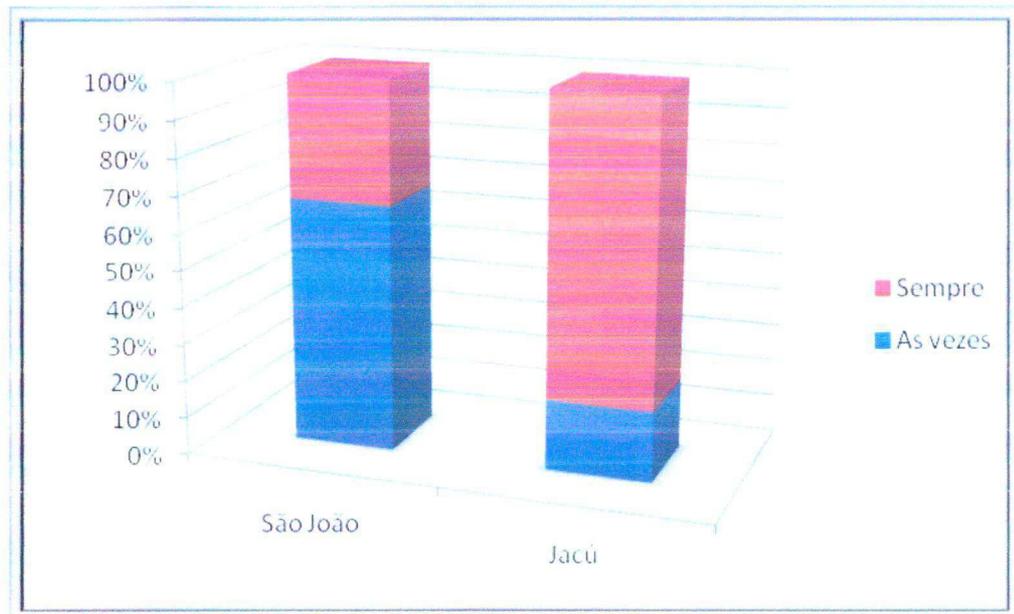


Gráfico 18. Frequência da assistência técnica nos assentamentos

Quando indagados da importância da assistência técnica, ressaltam que a mesma é necessária para o aprimoramento dos processos produtivos e consolidação do assentamento (ver Gráfico 19).

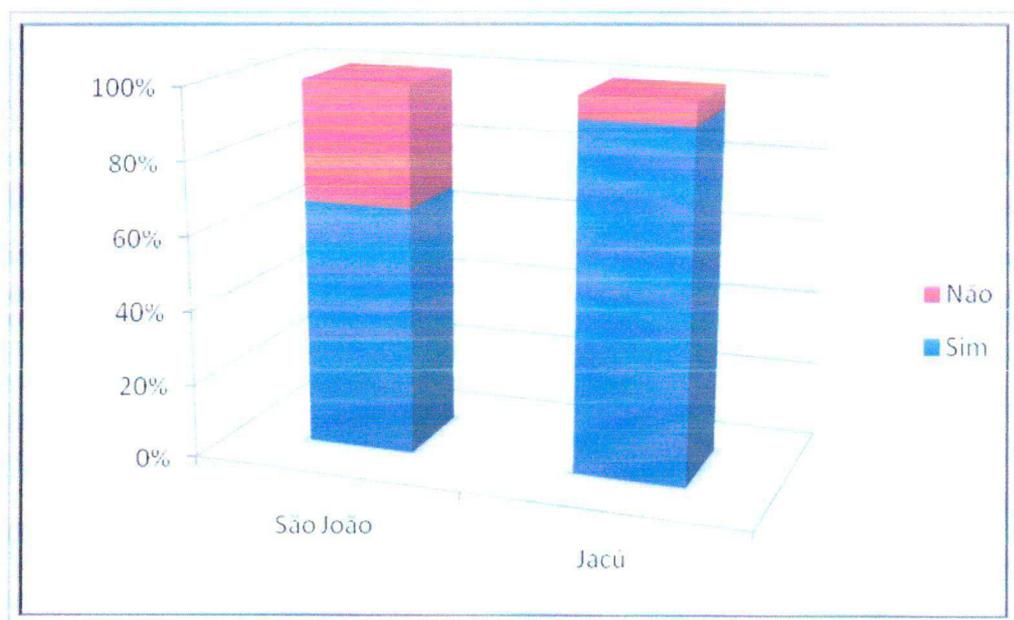


Gráfico 19. Importância da assistência técnica para os assentados

Analisando a frequência com que os assentados seguem as orientações técnicas temos os seguintes números: no assentamento São João, 40% seguem as orientações técnicas, 27% seguem às vezes e 33% nunca seguem, enquanto que no assentamento Jacú 44% seguem as orientações prestadas pela equipe técnica, 37% as vezes e 19% nunca seguem (ver Gráfico 20).

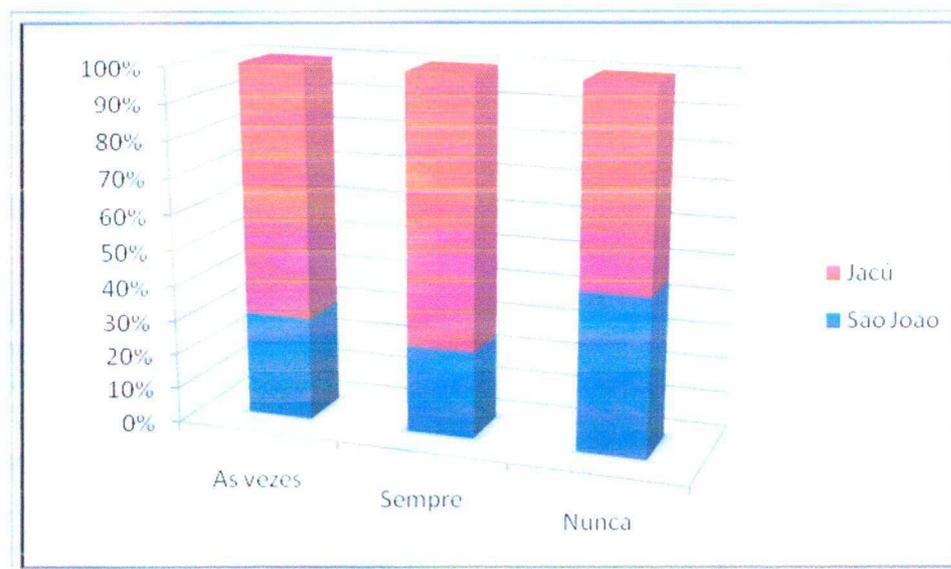


Gráfico 20. Frequência com que os assentados seguem as orientações técnicas

Os percentuais demonstrados neste tópico envolvem dois aspectos que podem ter influenciado de alguma forma na natureza de tais resultados: o grau de escolaridade, baixa se comprovado nos dois assentamentos, bem como, a participação em instituições sociais (associações, cooperativas ou sindicatos), antes de ser assentado. No caso do primeiro, influenciou de forma negativa, uma vez que a falta de estudos dificulta a aceitação das orientações técnicas. Por outro lado, a afiliação institucional, antes de serem assentados colaborou, de certa forma, no acesso da equipe técnica aos assentados, facilitando o desempenho dos mesmos.

As informações relacionadas à formação associativista nos assentamentos indicaram que as associações são fundamentais nos acessos nas políticas públicas aos créditos, bem como em todo processo produtivo (ver Gráfico 21). A importância dada as instituições sociais refletiram-se na frequência com que os assentados participam nas assembleias.

**Tabela 1. Participação em instituições sociais antes de ser assentado**

Instituição	Frequência	Percentual (%)
Associação	14	44
Sindicato	10	31
Cooperativa	1	3
Associação/Cooperativa	4	13
Não participava	3	9

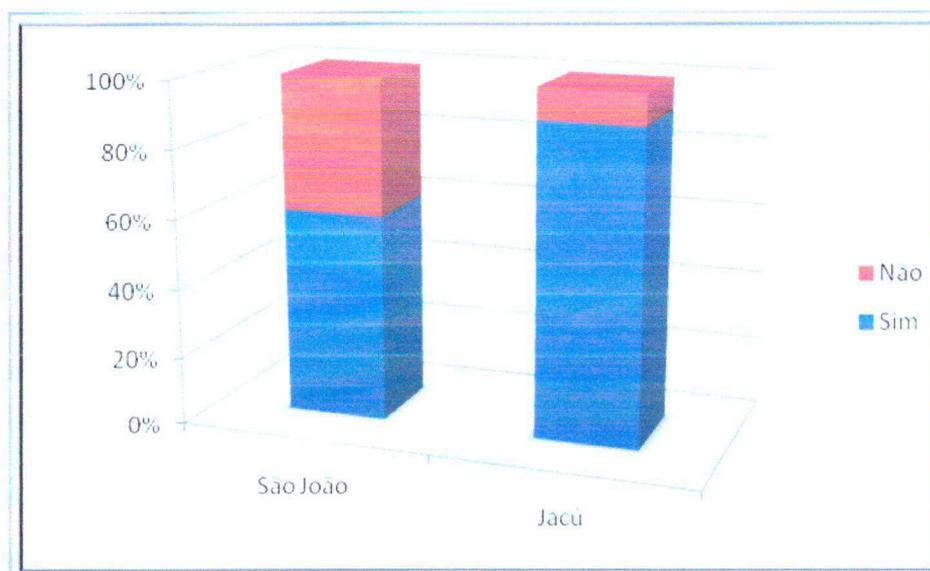


Gráfico 21. Importância da associação para os assentados

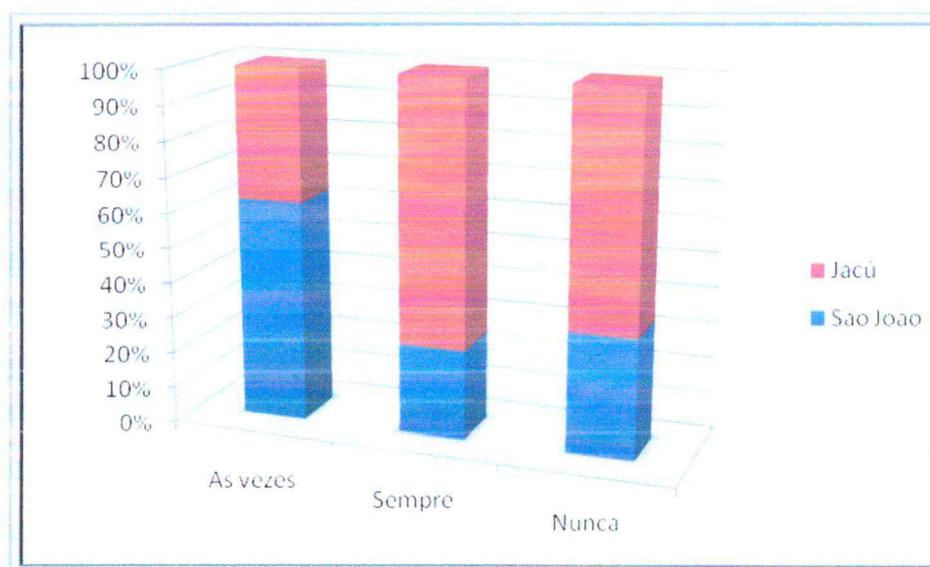


Gráfico 22. Participação dos assentados nas assembleias

Os resultados da pesquisa permitem destacar que associativismo e assistência técnica se entrelaçam formando uma teia de interação mútua e necessária ao desenvolvimento e consolidação dos assentamentos, visto que é pelas associações que a assistência técnica é disponibilizada aos assentados.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os assentamentos rurais se tornaram o caminho legal para redistribuição fundiária viabilizando o acesso a terra para trabalhadores rurais, para tanto existe a necessidade de estreitamento entre associativismo e assistência técnica, se tomamos o desenho das políticas públicas destinadas à área, o que não quer dizer que seja a única forma. Muitas vezes a criação de associações ou cooperativas emerge como uma obrigação e não como uma vontade das famílias assentadas, nesse sentido o papel das mesmas pode ser insuficiente para realizar uma interlocução adequada com o Estado.

A assistência técnica prestada pela Emater (PB) no assentamento São João foi considerada insuficiente, por não haver continuidade nos serviços, o que vem dificultado o aprimoramento dos processos produtivos e, conseqüentemente, o pagamento das dívidas contraídas junto aos órgãos oficiais de crédito. Já no caso da CAASP, ONG que presta assistência no assentamento Jacú, apesar de ser sediada em Cajazeiras, está presente no assentamento, o que facilita a consolidação dos sistemas produtivos.

No tocante a importância da assistência técnica para os assentados, os mesmos foram firmes em ressaltar sua importância no desenvolvimento de seus sistemas produtivos, uma vez que são desprovidos de conhecimentos técnicos, onde essa assistência técnica deve estar baseada em processos comunicacionais e participativos, com uma extensão rural pautada em processos de aprendizagem mútua entre técnico e agricultor familiar, cumprindo assim, o papel social dos programas de assistência técnica e extensão rural, que visam a consolidação e emancipação dos assentamentos rurais.

As instituições presentes nos assentamentos (associações) vêm se tornando peças-chaves na organização dos assentados, superação dos dilemas sociais, e na interlocução com as equipes responsáveis pela assistência técnica nas áreas reformadas, facilitando o acesso às políticas públicas e aos créditos. A importância dada às instituições sociais presentes nos assentamentos estudados refletiram-se na frequência dos assentados às assembleias.

Um fator que facilita a participação dos assentados nas reuniões da associação são as experiências de afiliação institucionais anteriores. Esses assentados adquiriram um estoque de capital institucional capaz de auxiliar nos

processos de tomada de decisão constituintes da vida social no assentamento. Dos assentados, mais de 50% já faziam parte de alguma organização coletiva antes de serem assentados. Além disso, os assentados, em sua maioria, acham que a associação, bem como a assistência técnica aspectos de fundamental importância para o assentamento.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. (Coord.). **Juventude e agricultura familiar**: desafios dos novos padrões sucessórios. Brasília: Unesco, 1998.
- ALENCAR, E. Intervenção tutorial participativa: dois enfoques da extensão rural. **Cadernos de administração rural**, Lavras. v. 2, n. 1, 1990, p. 23-43.
- ALENCAR, F. A. G. **Uma geografia das políticas fundiárias no estado do Ceará**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005.
- ALENTEJANO, P. R. **Reforma agrária e pluriatividade no Rio de Janeiro**: repensando a dicotomia rural-urbana nos assentamentos rurais. Dissertação (Mestrado de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.
- AZEVEDO, F. A. **As Ligas Camponesas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- BELTRÃO, B. A.; MORAIS F.; MASCARENHAS J. C.; MIRANDA J. L. F.; JÚNIOR L. C. S.; MENDES V. A. **Projeto Cadastro de Fontes de Abastecimento por Água Subterrânea. Estado da Paraíba. Diagnóstico do Município de Pombal**. Ministério de Minas e Energia. Recife, 2005.
- BRASIL. **Estatuto da Terra**. Lei n. 4.504, de 30 de novembro de 1964. Brasília, 1964.
- BRASIL. Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. Brasília, 2004.
- BRASIL. Programa Nacional de Crédito Fundiário. Brasília, 2008.
- BRASIL. Projeto de Crédito Fundiário e Combate à Pobreza Rural. Brasília, 2003.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Relatório de resultados da Dater, 2003-2006. Brasília: MDA/SAF/Dater, 2006.
- BRUNO, R. L.; DIAS, M. M. As políticas de crédito para os assentamentos rurais no Brasil. Brasília: NEAD, 2004.
- BUAINAIN, A. M. et al. Estudo de avaliação de impactos do Programa Cédula da Terra. Relatório final. Brasília, UNICAMP/NEAD/MDA, 2003.
- BUAINAIN, A. M. **Programa de Cédula da Terra: avaliação preliminar**. Campinas, 1999.
- CALDART, R. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**: escola é mais do que escola. Petrópolis, Vozes, 2000.
- CAPORAL, F. R.; COSTA BEBER, J. A. Por uma nova extensão rural: fugindo da obsolescência. *Revista Reforma Agrária*. Campinas, v. 24, n. 3, 1994, p. 70-90.
- CARDOSO, F. H. **Reforma agrária: compromisso de todos**. Presidência da República, Brasília, 1997.

CARVALHO, M. H. Formas de associativismo vivenciadas pelos trabalhadores rurais nas áreas oficiais de reforma agrária no Brasil. Curitiba: IICA/MEPF/NEAD, 1998.

CNBB. **Estudos da CNBB 11: Pastoral da Terra**. São Paulo: Edições Paulinas, 1981.

CONTAG. **Anais** do 3º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, Brasília, 1979.

COSTA, G. S et al. Avaliação do Programa Cédula da Terra/Reforma Preliminar dos Impactos Socioeconômicos e Socioambientais do Programa Cédula da Terra (PCT). Relatório de pesquisa Cruz das Almas, 2002.

ELSTER, J. **Peças e engrenagens das ciências sociais**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

EMATER (PB). Uma Empresa a serviço da agricultura familiar. Cabedelo, 2008.

FAO/INCRA. **Perfil da agricultura familiar no Brasil: dossiê estatístico**. Brasília, DF, 1996.

FERREIRA, L. P. **Curso de Direito Agrário: de acordo com a Lei n.º 8.629/93**. 2ª ed., São Paulo: Saraiva, 1995.

FERNANDES, B. M. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

FERNANDES, B. M, B. The occupation as a form of access to land. Paper presented at the. **Anais**. XXIII Congress of the Latin American Studies Association. Washington, DC, 2001.

FERNANDES, A. J. C. e FERREIRA, E. C. Os impactos socioeconômicos dos assentamentos rurais em Mato Grosso. In: MEDEIROS, L. S. e LEITE, S. (Org.). **Assentamentos rurais: mudança social e dinâmica regional**. Rio de Janeiro: Mauad, 2004, p. 187-226.

FERRAZ, J. C. et al. **Made in Brazil: desafios competitivos para a indústria**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

FERREIRA, E. C.; FERNANDES, A. J. C. **Impactos regionais dos assentamentos rurais: o caso de Mato Grosso**. Relatório preliminar da pesquisa. Cuiabá, 2002, Mimeo.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1983.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação**. 12 ed. Paz e Terra, 2002.

FURTADO, R., FURTADO, E. **A intervenção participativa dos atores (INPA): uma metodologia de capacitação para o desenvolvimento local sustentável**. Brasília, DF: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), 2000.

GERMANI, G.; FREITAS, H. (orgs). Pesquisa popular no meio rural sobre o Programa de Crédito Fundiário, relatório preliminar da Bahia, Salvador, Rede Social de Justiça e Direitos Humanos/MGEO/UFBA, 2006.

GOMES, J. C. C., ROSENSTEIN, S. A geração de conhecimento na transição agroambiental: em defesa da pluralidade epistemológica e metodológica na prática científica. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 17, n. 3, 2000, p. 29-57.

GUANZIROLI, C. E., BRUNO, R. L., CABANILHA, I. S., DIAS, M. M. **Assistência técnica para assentamentos rurais: análise a partir do Sistema de Gerenciamento da Reforma Agrária (SIGER)**. Brasília, DF: MDA; FAO, 2003. 39 p. Relatório de Consultoria. Disponível em: <<http://www.nead.org.br/index.php?acao=biblioteca&publicacaoID=261>>. Acesso em: 14 jun. 2009.

IBGE. **Mapa Municipal Estatístico: Pombal** – PB. MPOA/IBGE, Rio de Janeiro, 2001.

IDS. Associativismo e Cooperativismo. Programa de Associativismo e Comercialização, Santa Maria (RS): ADENE/FNSA, 2003.

INCRA. Ministério Extraordinário da Política Fundiária/Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Programa Lumiar**. Brasília, DF: MEPF/INCRA, 1996.

INCRA. **Fazenda Jacú: Parcelamento**. Brasília, DF, 2002.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATES): diretrizes e manual operacional**. Brasília, DF, 2004. 62 p.

INTERPA. **Memorial descritivo: Fazenda São João** – parcelamento. Governo do Estado da Paraíba, 2002.

LANGEVIM, M.; ROSSET, P. Land reform from below: the landless worker's movement in Brazil. Institute for Food e Development Policy. **Food First Backgrounder**, vol.4, n. 3, 1997.

LEAL, L. (Org.). **Reforma Agrária na Nova Agrária: contradições e alternativas**. São Paulo: Cortez: EDUC, 1985.

LEITE, S. et al. **Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro**. Brasília: IICA/NEAD; São Paulo: EDUNESP, 2004.

MARTINS, M. D. **Os desafios da cooperação: nos assentamentos da reforma agrária do Ceará**. Fortaleza: Editorial do Banco do Nordeste do Brasil S. A. 1994.

MARTINS, J. S. **O sujeito oculto: ordem e transgressão na reforma agrária**. Porto Alegre: EUFGRS, Porto Alegre, 2003.

MASSELLI, M. C. **Extensão rural entre os sem-terra**. Piracicaba: EUNIMEP, 1998.

MATTOS NETO, A. J. A posse agrária e suas implicações agrária no Brasil. Belém, Cejup, 1988.

MDA. **Programa Nacional de Crédito Fundiário: plano anual de aplicação de recursos – 2003/2004**, Brasília, 2003.

MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Brasília: MDA/SAF/Dater, 2004.

MEDEIROS, L. S.; LEITE, S. **A formação dos assentamentos rurais no Brasil: Processos sociais e políticas públicas**. Porto Alegre: EDUFGRS; Rio de Janeiro: CPDA, 1999.

- MEDEIROS, L. S.; LEITE, S. **Assentamentos rurais**: mudança social e dinâmica regional. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.
- MEDEIROS, L.S. Movimentos sociais, disputas políticas e reforma agrária de mercado no Brasil. Rio de Janeiro: CPDA/EDUFRRJ, 2002.
- MENDONÇA, S. R. **A questão agrária no Brasil**: a classe dominante agrária – natureza e Comportamento 1964-1990. v. 5. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- MIRANDA, R. S. **Desempenho institucional e a superação dos dilemas sociais em assentamentos do semi-árido paraibano**. 145f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2007.
- MORAIS, C. **História das Ligas Camponesas do Brasil**. Brasília: Edições Iarttermund, Brasília, 1997.
- MOREIRA, R. J. Metodologias de reforma agrária. **Revista Estudos, Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 8, 1997.
- MOURA, E. M. **Avaliação da disponibilidade hídrica e da demanda hídrica do trecho do rio Piranhas-Açú entre os açudes Coremas-Mãe D'água e Armando Ribeiro Gonçalves**. Dissertação (Mestrado em Engenharia Sanitária) – Centro de Tecnologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2007.
- MST. I Encontro Nacional do MST. Cascavel – PR, 1984.
- MST. Proposta para a Reforma Agrária. **III Encontro Nacional do MST**, Brasília, 1995.
- MST. Reforma Agrária: por um Brasil sem latifúndio! **4º Congresso Nacional – MST**, Brasília, 2000.
- MST. Os empreendimentos sociais do MST, São Paulo, 2001.
- NASCIMENTO, F. R. **Cooperativismo como alternativa de mudança**: uma abordagem normativa. Rio de Janeiro: Forense, 2000.
- NEVES, D. P. **Assentamento Rural**: reforma agrária em migalhas. Niterói: EDUFF, 1997.
- NORTH, D. C. **Institutions, institutional change and economic performance**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- OLIVEIRA FILHO, G. S.; MOREIRA, M. L. S. Políticas de desenvolvimento agrário na realidade camponesa: o caso do assentamento Transval em Canindé – CE. **Anais**, XLIV Congresso da SOBER, Fortaleza, 23 a 27 de Julho de 2006.
- OLSON, M. **Lógica da ação coletiva**. São Paulo: EDUSP, 1999.
- PALMEIRA, M. Burocracia e reforma agrária. In: MEDEIROS, L. S. et al (Org.). **Assentamentos rurais**: uma visão multidisciplinar. São Paulo: EDUNESP, 1994.
- PCB. Proposta de reforma agrária da bancada do PCB na Constituinte de 1946. In: STEDILE, J. P. **A questão agrária no Brasil**: programas de reforma agrária – 1946-2003. v. 3. São Paulo: Expressão Popular, 2005. p. 17-28.

PEREIRA, J. M. M. A disputa política-ideológica entre a reforma agrária redistributiva e o modelo de reforma agrária de mercado do Banco Mundial. Rio de Janeiro, 2005 (versão preliminar).

PEREIRA, J. M. M. **Modelo de reforma agrária de mercado do Banco Mundial em questão**: o debate internacional e o caso brasileiro. Teoria, luta política e balanço de resultado. Dissertação (Mestrado de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

PINTO, L. Os impactos locais de um assentamento rural: uma visão socioeconômica a partir da produção leiteira. **Anais**. Congresso Mundial de Sociologia Rural, 10., 2000, CD-ROM.

PNUD. **Workshop Nacional**: uma nova assistência técnica e extensão rural centrada na agricultura familiar. Brasília, 1997, p. 36-37.

TAVARES, J. R.; RAMOS, L. Assistência técnica e extensão rural: construindo o conhecimento agroecológico. Manaus, 2006. p. 128.

RECH, D. Cooperativas: uma alternativa de organização popular, Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

REIJINTJES, C.; HAVERKORT, B.; WATERS-BAYER, A. A Agricultura para o future: uma introdução a agricultura sustentável e de baixos insumos externos. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1994.

RIBEIRO, C. M. Estudo de quatro municípios da Serra do Sudeste do Rio Grande do Sul e possíveis alternativas para o seu desenvolvimento. 158f. Dissertação (Mestrado em Administração Rural). Universidade Federal de Lavras, Lavras, 1996.

ROCHA, R. e APEL, M. **Onde estão os nossos sonhos?** Um estudo sobre o assentamento rural Vitória da União. Petrópolis: Vozes, 1992.

ROSSET, P. The multiple functions and benefits off small farm agriculture in the context of Global Trade Negotiations. Institute for Food and Development Police. **Food First Policy Brief**. Nº 4. 1999. Available in: <<http://www.foodfirst.org/midia/press/1999/smfarmsp.html>>. Access in: apr. 2009.

ROSSET, P. Tides shift on agrarian reform: a new movement show the way. Institute for Food and Developed Policy. **Food First Backgrounder**, v. 7, n. 1, 2001.

SABOURIN, E. P. (Org.). Associativismo, cooperativismo e economia solidaria no meio rural. 23. ed. Brasilia: EDUnB, 2006.

SANTIAGO, F. J. V. **Luta, paixão e morte de um agitador**. Recife: Assembléia Legislativa de Pernambuco, 2001.

SAUER, S.; PEREIRA, J. M. M. **Capturando a terra**: Banco Mundial, políticas fundiárias neoliberais e reforma agrária de mercado. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

SILVA, P. C. (Coord.). **Curso de Direito Agrário**: Cadastro e Tributação. Brasília: Ed. Fundação Petrônio Portella, 1982. p. 17.

SILVA, J. G. da. **Buraco Negro: a Reforma Agrária na Constituinte**, São Paulo, Busca Vida, 1989.

SILVA, J. G. da. **O que é questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

SILVA, J.L.M.; SAMPAIO, Y.S.B. A eficiência técnica dos colonos nos perímetros irrigados em Petrolina, Juazeiro: uma análise de modelos de fronteiras de produção. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 33, n. 2, p. 159-179, 2002.

SOBHAM, R. **Agrarian reform and social transformation: preconditions for development**, Londres: Zed Books, 1993.

STEDILE, J. P. **A questão agrária no Brasil: o debate tradicional – 1500-1960**. v. 1. São Paulo: Expressão Popular, 2005a.

STEDILE, J. P. **A questão agrária no Brasil: o debate da esquerda – 1960-1980**. v. 2. São Paulo: Expressão Popular, 2005b.

STEDILE, J. P. **A questão agrária no Brasil: programas de reforma agrária – 1946-2003**. v. 3. São Paulo: Expressão Popular, 2005c.

STEDILE, J. P. **A questão agrária no Brasil: história e natureza das Ligas Camponesas – 1954-1964**. v. 4. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

VEIGA, J. E. da. **A Reforma Agrária que virou suco: uma introdução ao dilema agrário do Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1991.

VICTOR, A. D.; SAUER, S. (Coords.). Estudo sobre a política do Banco Mundial para o setor agrário brasileiro com base no caso do Projeto Cédula da Terra. Brasília: CPT/MST/Rede Brasil/FIAN-Brasil, 2002.

WOLFORD, W. Case study: grassroots-initiated land reform in Brazil: the Rural Landless Workers' Movement. In: DE JANVRY, A., GORDILLO, G., PLATTEAU, J-P; SADOULET, E. (Eds). **Access to land: rural poverty and public action**. New York: Oxford University Press, 2001.

WRIGHT, A.; WOLFORD, W. **to inherit the earth: the landless movement and the struggle for a new Brazil**. Oakland: Food First Books, 2003.

## **ANEXOS**

## ANEXO 1 – FOTOS



Foto 1. Apresentação do Questionário



Foto 2. Realizando Entrevista



Foto 3. Casa no Assentamento Jacu



Foto 4. Agrovila no Assentamento Jacú



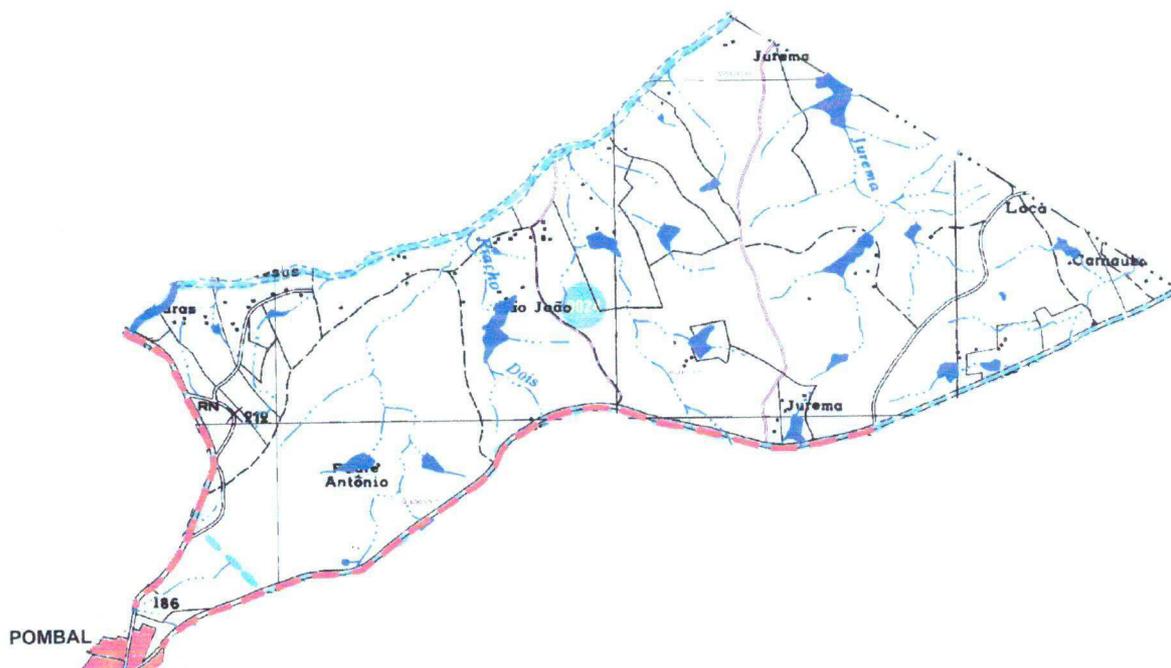
Foto 5. Família do Assentamento Jacu



Foto 6. Açude no Assentamento São João

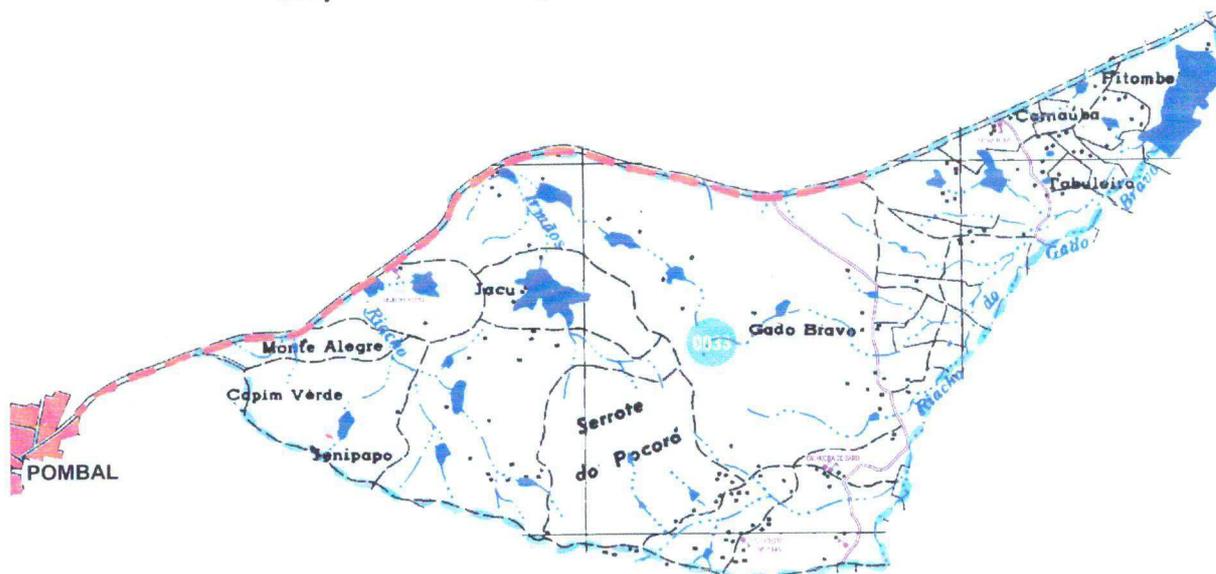
## ANEXO 2 – MAPAS

### Mapa 1. Localização do Assentamento São João II



Fonte: IBGE, 2001

### Mapa 2. Localização do Assentamento Jacú

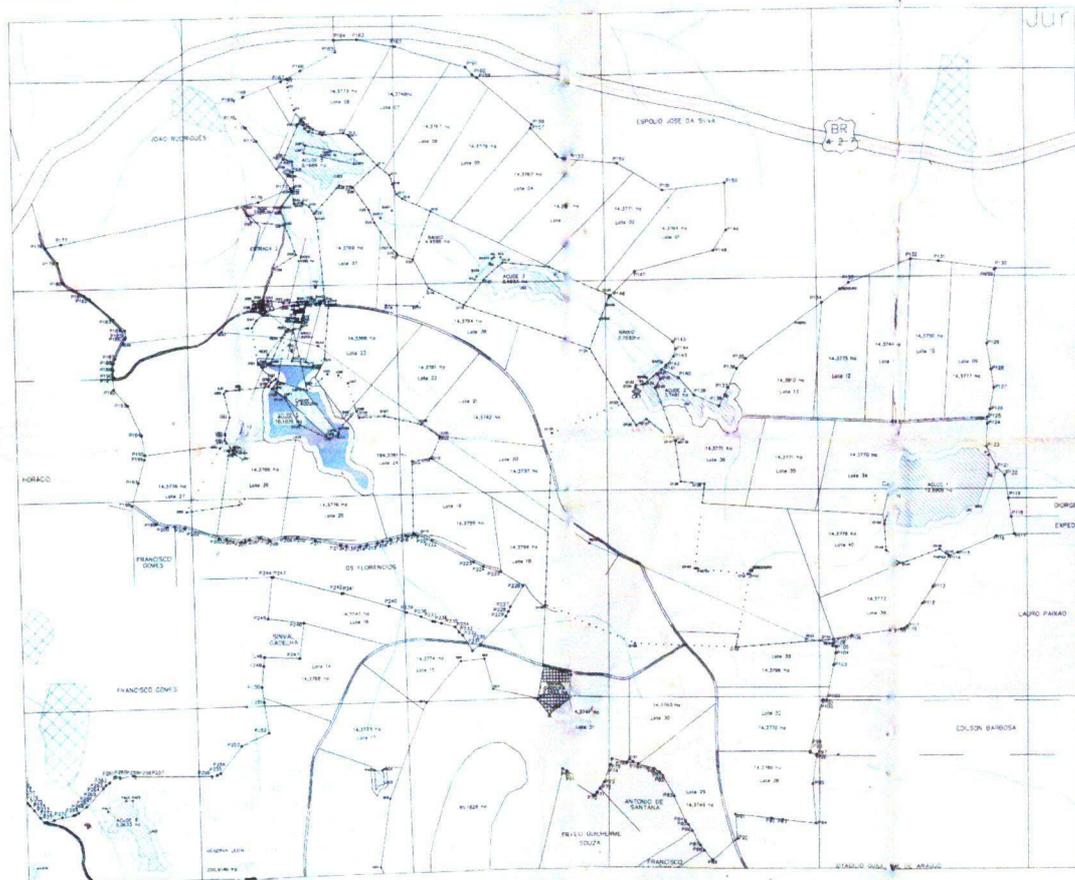


Fonte: IBGE, 2001

Mapa 3. Parcelamento do Assentamento São João II.



Fonte: Interpa, 2002

**Mapa 4. Área do assentamento Jacu**

Fonte: INCRA, 2002

## ANEXO 3. QUESTIONÁRIO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA AGROALIMENTAR  
UNIDADE ACADÊMICA DE AGRONOMIA E TECNOLOGIA DE ALIMENTOS

Projeto de Pesquisa

**ASSISTÊNCIA TÉCNICA E ASSOCIATIVISMO EM ASSENTAMENTOS DO INCRA E DO  
CRÉDITO FUNDIÁRIO**

### QUESTIONÁRIO

#### 1. Informações pessoais do assentado

1.1. Nome: \_\_\_\_\_

1.2. Idade: \_\_\_\_\_

1.3. Sexo: ( ) M ( ) F

1.4. Natural: \_\_\_\_\_

1.5. Aposentado: ( ) Sim ( ) Não

1.6. Escolaridade:

Ensino fundamental: ( ) Completo ( ) Incompleto

Ensino médio: ( ) Completo ( ) Incompleto

Ensino superior: ( ) Completo ( ) Incompleto ( ) Analfabeto funcional ( ) Analfabeto

1.7. Quem é o chefe da família? ( ) Pai ( ) Mãe

1.8. Onde morava antes de ser assentado? \_\_\_\_\_

1.9. Quantas pessoas vivem na mesma casa que o Sr (a)? \_\_\_\_\_

1.10. Membros da Família:


#### 2. Informações gerais sobre o assentamento e o assentado

2.1 Assentamento: ( ) Jacú ( ) São João

2.2. Qual a área total do assentamento? \_\_\_\_\_

2.3. Quantos hectares têm seu lote? \_\_\_\_\_

2.4. Tem áreas ou bens de serviço coletivo no assentamento?

( ) Sim. Qual? \_\_\_\_\_

( ) Não.

2.5. Existe área com agricultura permanente?

( ) Sim. Qual? \_\_\_\_\_

( ) Não.

2.6. Os lotes foram definidos de que forma? ( ) Sorteio ( ) Acordo

2.7. Obteve acesso as linhas de crédito?

( ) Sim. Qual? \_\_\_\_\_

Em que banco? \_\_\_\_\_

( ) Não.

2.8. Está em dia com o pagamento do(s) seu(s) empréstimo(s)?

( ) Sim

( ) Não. Porque? \_\_\_\_\_

2.9. O(s) Empréstimo(s) lhe ajudou?

( ) Sim. Em que? \_\_\_\_\_

( ) Não.

2.10. Recebeu incentivo de programas de implantação, habitação, alimentação e fomento?

( ) Sim ( ) Não.

2.11. Você acha que a suas qualidades de vida e de seus familiares melhorou depois de se tornar assentado? ( ) Sim ( ) Não.

### 3. Informações sobre a assistência técnica

3.1. O Sr (a) tem acesso à assistência técnica? ( ) Sim ( ) Não.

3.2. Qual órgão ou instituição presta assistência técnica no assentamento?

( ) EMATER ( ) CAASP ( ) CPT ( ) Outros \_\_\_\_\_

3.3. Qual a freqüência? ( ) Sempre ( ) As vezes ( ) Nunca

3.4. Você acha importante receber assistência técnica?

( ) Sim ( ) Não.

Porque? \_\_\_\_\_

3.5. Com que freqüência você segue as orientações dadas pelo extensionista?

( ) Sempre ( ) As vezes ( ) Nunca

3.6. Você acha que a assistência técnica lhe ajudou na aplicação do dinheiro do seu empréstimo? ( ) Sim ( ) Não.

Por quê? \_\_\_\_\_

3.7. Que sugestões dariam para melhorar a assistência técnica no assentamento?

\_\_\_\_\_

### 4. Informações sobre associativismo e cooperação.

4.1. Existe associação ou cooperativa no assentamento:

5.3. Os insumos como fertilizantes ou sementes são:

Sim       Não.

Qual o nome? \_\_\_\_\_

4.2. Participava de alguma forma de organização coletiva antes de ser assentado?

Associação

Sindicato do trabalhador rural

Cooperativa

4.3. Acha importante a associação dentro do assentamento?

Sim       Não

Porque? \_\_\_\_\_

4.4. Você participa da associação ou cooperativa?

Sim       Não

4.5. Qual a freqüência com que vai as reuniões?

Sempre     As vezes     Nunca

4.6. Existem projetos comunitários dentro do assentamento?

Sim       Não

Qual? \_\_\_\_\_

4.7. Participa das atividades coletivas no assentamento?

Sempre     As vezes     Nunca

4.8. Existe comercialização de produtos agrícolas/beneficiados de forma comunitária no assentamento?

Sim       Não

Qual? \_\_\_\_\_

## **5. Informações sobre o sistema de produção**

5.1. Quais as principais culturas cultivadas? \_\_\_\_\_

5.2. De que forma prepara o solo?

Trator       Tração animal     Enxada     Queima da palhada/capoeira

Outro sistema. Especificar: \_\_\_\_\_

5.3. Os insumos como fertilizantes ou sementes são:

Comprados       Empréstados       Semente própria

5.4. Usa agrotóxicos?

Sim       Não

5.5. Quando vai comprar agrotóxico, você consulta um técnico agrícola ou engenheiro agrônomo?

Sim       Não

5.6. Quais produtos cultivados o Senhor costuma:

Vender: \_\_\_\_\_

Consumir na residência: \_\_\_\_\_

5.7. De que forma comercializa os produtos cultivados

Na feira     Venda ao atravessador

5.8. Existe energia elétrica no lote?

Sim       Não

5.9. Tem problemas com água no seu lote?

Sim       Não

Qual problema? \_\_\_\_\_

Afeta a produção agrícola? \_\_\_\_\_

Possui sistema de placa? \_\_\_\_\_

5.10. Já participou de curso/treinamento ou palestra para melhorar seu sistema de produção:

Sim

Não

Qual órgão promoveu? \_\_\_\_\_

5.11. Tal(is) curso(s) contribuíram para seu desempenho dentro da associação?

Sim

Não

5.12. Obteve melhora em sua renda?

Sim

Não